



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1941/09	DATA: 28/10/2009
INÍCIO: 13h35min	TÉRMINO: 17h19min	DURAÇÃO: 03h43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h43min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TARSO GENRO – Ministro de Estado da Justiça.

RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça.

SUMÁRIO: Exposição sobre ações do Plano de Segurança Pública e de áreas do Ministério relacionadas ao combate ao crime organizado.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Dr. Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça.

Tema da audiência: receber esclarecimentos do Sr. Ministro na qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública sobre ações do Plano Nacional de Segurança Pública de áreas do Ministério relacionadas ao combate ao crime organizado no Estado do Rio de Janeiro.

Nós deixaremos para a segunda fase desta audiência a deliberação dos requerimentos.

Havendo número regimental, declaramos abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Tendo sido distribuídas cópias das Atas da 13ª e 14ª reuniões a todos os Srs. Deputados presentes, indago sobre a necessidade da leitura das mesmas.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Sendo dispensada a leitura das atas, em discussão.

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Aqueles Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

APROVADAS as Atas das 2 reuniões.

Convido o Dr. Troncon, Diretor da Polícia Federal, responsável pelo combate ao crime organizado, a fazer parte da Mesa.

Convido também para integrar a Mesa o nosso colega, Dr. Tuma, Secretário Nacional de Justiça.

Na primeira fase desta reunião, teremos por finalidade ouvir o Exmo. Sr. Ministro Tarso Genro sobre os citados esclarecimentos e investimentos com relação ao Estado do Rio de Janeiro.

Em nome de todos, Sr. Ministro, agradecemos de plano a presença do senhor. Sabemos do esforço sobre-humano para enfrentar esta pasta e, em especial, para enfrentar esse árduo e difícil desafio que é buscar soluções para essa questão da segurança pública. Nós todos sabemos das suas deficiências, para não dizer da falência quase que total e completa dos pilares do sistema de defesa social deste País.



Esclarecemos aos Srs. Parlamentares, nos termos do art. 256, §5º, do Regimento Interno, que todos terão o tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para resposta, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Solicitamos aos Parlamentares que queiram participar dos debates com o convidado que façam suas inscrições junto à Secretaria.

Esclareço ao expositor e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e por isso solicitamos que falem sempre ao microfone.

Esclarecemos também que o expositor não poderá ser interpelado durante a sua exposição, a não ser que o permita.

Passo a palavra, então, ao Exmo. Sr. Ministro Tarso Genro, Ministro da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública, para suas posições iniciais.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o convite que me foi formulado por esta egrégia Comissão. Saúdo os Srs. Deputados presentes e registro o acompanhamento de vários quadros do Ministério da Justiça que estão aqui, obviamente à disposição de V.Exas. também, para contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Sr. Presidente, se o V.Exa. me permite, vou falar em pé para poder... aqui as indicações de uma projeção que estamos fazendo neste momento. Para dar informações sobre o Rio de Janeiro, eu preciso contextualizá-las dentro do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o PRONASCI.

(Segue-se exibição de imagens.)

O PRONASCI é um programa instituído por lei federal, aprovado por unanimidade tanto na Câmara quanto no Senado. Portanto, nós não consideramos este um programa de Governo e, sim, um programa de Estado, que tem inclusive recursos reservados através da LDO até o ano de 2012.

E esse programa de Estado faz uma mudança no paradigma da segurança pública do País, que, como bem disse V.Exa., é um sistema totalmente defasado; é um sistema vencido, um sistema que não responde mais às questões de segurança e de controle social necessárias a qualquer Estado Democrático de Direito.



O PRONASCI reparte responsabilidades de Estado, União, Município e sociedade. Portanto, é um programa que rompe com aquela visão tradicional de que a segurança pública é de responsabilidade dos Estados, que a União Federal tem uma competência estrita, porque permitiu esta lei a articulação entre esses entes da União, inovando não somente nas ações de repressão como também naquelas ações preventivas que são delegadas por essa lei para a esfera municipal.

Há uma ação estruturante neste Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que é o Bolsa Formação. O Bolsa Formação agrega um valor ao salário dos trabalhadores de segurança e, através da agregação desse valor, dessa bolsa, exige a participação em cursos que são fornecidos pelo Ministério da Justiça.

Nós temos hoje 484 mil policiais, sendo 32.860 policiais participando desse programa do Bolsa Formação, indo para o Rio de Janeiro, através dessa rubrica orçamentária, em 2009, até setembro, praticamente 100 milhões de reais.

O Bolsa Formação. Aqui nós temos a concessão de bolsas por região. Podemos perceber que o Rio de Janeiro tem quase 30% dos recursos do Bolsa Formação destinados aos seus policiais. Repito, aquele policial que recebe um valor líquido em torno de mil reais tem, através do Bolsa Formação, não somente obrigação de estudo, mas uma agregação no valor do seu salário, que lhe corresponde aproximadamente a 40% do seu rendimento.

Aqui, nós temos o número total dos alunos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública. Essa rede é uma rede do Ministério da Justiça e ela numera não somente aqueles que recebem o Bolsa Formação, mas indica todos aqueles que são estudantes dessa rede, sejam eles oficiais, delegados, cabos, soldados, agentes penitenciários. Grande parte deles obviamente tem um salário superior a 1.700 reais e não recebem esse agregado salarial pago pela União. Em 2008, foram 391 mil policiais; neste ano, 2009, já são 524 mil policiais integrados nessa Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública.

Aqui, nós temos o impacto — esse trabalho que eu estou apresentando é um trabalho, quando se refere a dados e pesquisa, feito pela Fundação Getúlio Vargas, porque nós contratamos a Fundação Getúlio Vargas, não somente para fazer pesquisas de acompanhamento dos efeitos do programa, como também para permitir um controle direto da execução orçamentária do programa, ao vivo e a



cores, diretamente do Ministério da Justiça, praticamente de forma cotidiana. Então, a pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas indica — e daí a justificação da capacitação — que o nível de aceitação da transgressão policial é tanto mais alta quanto menor for a formação do policial. O policial que tem um baixo índice educacional, seja formal, seja informal; a sua aceitação da transgressão é muito maior do que aquele policial que tem uma formação mais adequada. Nós temos também no PRONASCI um plano habitacional. Esse plano habitacional não é fácil de ser aplicado e é destinado a policiais de baixa renda. Neste momento nós já entregamos 1.089 habitações para policiais que moravam em zonas de risco. Eles entram no programa, pleiteiam um financiamento não federal e saem da zona de risco onde eles moram, não permitindo, portanto, que as suas famílias sejam expostas às instabilidades e à violência às quais ele está “mandatado” para combater.

Esse plano, nesses Estados, deverá evoluir rapidamente agora porque nós conseguimos fazer uma transformação positiva na Caixa Econômica Federal, que é a encarregada da aplicação desse plano para o policial de baixa e de baixíssima renda, outorgando a ele de ter financiada a sua habitação com a carta de fiança.

Aqui, uma informação sobre o sistema penitenciário federal. Em julho de 2006 foi criado um sistema. Nessa primeira fase são 5 penitenciárias de segurança máxima, com 208 vagas em celas individuais. Três unidades estão em funcionamento; a quarta unidade está pronta — nós estamos agora tratando da nomeação dos servidores —; e a quinta unidade será construída aqui em Brasília. Toda movimentação interna nessas penitenciárias que são de segurança máxima são feitas diretamente do Ministério da Justiça, através de um videomonitoramento completo.

Então, é praticamente impossível ocorrer qualquer transgressão desses presos, que são obviamente pessoas perigosas e pertencentes ao crime organizado, e comandarem de dentro das cadeias qualquer tipo de atividade lá fora. Aqui nós temos um gráfico que nos demonstra a evolução que houve — evolução negativa — de motins nas penitenciárias estaduais depois que esses presos que comandavam esses motins foram levados para as penitenciárias federais. Nós temos uma queda de quase 70% dos motins, de 2006 a 2008, nas penitenciárias estaduais em função



do deslocamento desses presos que foram levados às penitenciárias federais. Vocês estão recordados que agora, recentemente, a partir dessas ocorrências no Rio de Janeiro, um certo número de presos, se não me engano 10 deles, já foram deslocados a penitenciárias federais porque havia suspeita das autoridades estaduais de que eles estava, de dentro das penitenciárias estaduais, das cadeias estaduais, comandando essas operações de violência feitas pelo estado paralelo, lá no Rio de Janeiro.

Bom, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, temos uma proposta que está sendo utilizada por alguns Estados de financiar integralmente a construção de penitenciárias para jovens adultos, com 21 vagas. São penitenciárias federais de segurança média. Já temos 15 Estados que estão contemplados, os recursos já foram liberados, e os Estados estão lutando para poder aplicá-los. Quando não há questão ambiental, o projeto não é aceito tecnicamente. Quando o projeto é aceito tecnicamente, a cidade não quer receber uma penitenciária.

Então, há uma série de problemas correlatos que os Estados estão resolvendo. Neste momento, nós temos, em conjunto com esses valores aqui que estão referidos, 420 milhões de reais que estão nas mãos dos Estados que estão nas mãos dos Estados para aplicá-los em reformas de penitenciárias e em construção de novas penitenciárias. Estas aqui custam em torno de 16 a 17 milhões de reais — essas penitenciárias de segurança média para jovens adultos —, valores esses que ainda não estão sendo aplicados pelos Estados que não conseguiram executá-los tecnicamente. Então, há um problema de execução que não deriva de liberação de recursos do Ministério da Justiça. São problemas que os Governadores estão enfrentando e que deverão resolver, esperamos, proximamente.

Aqui, temos uma informação genérica do sistema penitenciário federal, que abrange também as penitenciárias femininas que estão em funcionamento. Ali, temos a construção do Centro de Observação Criminológico do Complexo de Gericinó; reforma geral da penitenciária Dr. Serrano Neves; segurança eletrônica e penitenciária estaduais. São todos recursos financiados pela União, segundo proposta apresentada pelo Estado.



Sistema Nacional de Informações — bom, é o InfoPen que os senhores conhecem —; é um sistema centralizado no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, articulado por adesão com os Estados. Hoje praticamente todos os Estados estão integrados nesse sistema de informação.

Aqui, uma informação sobre novas escolas de gestão penitenciária que foram implantadas com recursos federais. Temos 20 Estados contemplados, e são escolas de formação e aperfeiçoamento do servidor penitenciário.

Aqui, uma informação sobre o Programa de Expansão das Penas e Medidas Alternativas. Mais de 480 mil pessoas beneficiadas no ano de 2008, com quase 9 milhões de reais, investidos pela União, juntamente com os Estados, para uso dos Estados, melhor falando.

Aqui, o total de recursos que foram aportados por região entre 2007 e 2009 — Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. É o total, por cada ação, em geração de vagas, em reintegração social, em aparelhamento e em penas alternativas. Nesse período de 2007 a 2009 o Governo Federal dispôs 590 milhões de reais a serem repassados para o sistema penitenciário estadual.

Aqui, uma informação sobre os laboratórios de lavagem de dinheiro. Temos um plano de aporte de recursos para o controle da lavagem de dinheiro, que é feito, dependendo da região, da oferta, da disponibilidade, da estrutura estatal regional, seja a segurança pública, seja o Ministério Público, seja a Secretaria de Direitos Humanos, seja um outro órgão policial que se habilite. Se eles apresentam as condições para a implementação desse laboratório... perdão, a lavagem de dinheiro nesses Estados, e aqui os núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas com distribuição de 800 mil reais. Na lavagem de dinheiro nós temos quase 10 milhões de reais que foram distribuídos para os Estados, para a implementação desses laboratórios.

Aqui, uma relação ao combate ao tráfico de drogas, que é feito pela Polícia Federal. A relação de algumas das 74 grandes operações realizadas pela Polícia Federal nesse período.

Aqui, 58 grandes operações de combate à corrupção também realizada nesse período, algumas das operações que foram feitas nesse período. No combate ao tráfico de armas, uma relação de 15 grandes operações. É necessário dizer que o



combate ao tráfico de armas é feito também pela Polícia Rodoviária Federal no âmbito das rodovias federais.

Aqui, um indicador ou a informação sobre apreensão de drogas e armas ocorrida desde o ano 2000; em 2009, ano que ainda não terminou, temos uma comparação com 2008; e 2008 em relação a 2007.

Operações em cooperação internacional ao tráfico de drogas. São operações feitas pela Polícia Federal com os nossos Estados limítrofes e com Estados que não são limítrofes e que trabalham conosco no combate ao tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas e também pornografia infantil. Aqui, algumas informações sobre programas do Ministério da Justiça com diversos Estados que estão integrados nas ações do Ministério da Justiça através do PRONASCI. Essa efetivação da Lei Maria da Penha, que é um financiamento de Varas Maria da Penha em diversos Estados, instituição de núcleos de justiça comunitária em 8 Estados, assistência jurídica aos presos e familiares, a Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, que neste momento está trabalhando em Minas Gerais, e o projeto Pacificar, em 17 universidades do País.

Ações preventivas. Mulheres da Paz: nós temos investido até agora — que é um programa definido por essa lei que institui o PRONASCI —, 23 milhões de reais que envolvem quase 11 mil mulheres beneficiadas nessa zonas de implementação do PRONASCI.

Aqui é o PROTEJO: quase 50 milhões investidos, beneficiando jovens em torno de 15 mil. Esses jovens são aqueles que não são originários de problemas sociais. São jovens que estão no roteiro da criminalidade e que são retirados pelo PROTEJO para serem abrigados em programas conveniados pela União Federal com os Municípios ou com os Estados.

Aqui a relação dos territórios que já foram implantados. É necessário deixar claro que os territórios implantados são aqueles em que vários projetos já estão funcionando de maneira concomitante e que já se tem alguns resultados definidos pelas pesquisas feitas pela Fundação Getúlio Vargas.

Este Território da Paz, de Santo Amaro, é o mais antigo de todos. Ele começou a ser implantado em dezembro de 2008, de maneira plena, mas quando nós fazemos a implantação plena é porque os projetos já estão em andamento no



território, ou seja, nós não lançamos para começar os projetos. Então, quando nós vamos lá e declaramos ali um Território da Paz, os projetos já estão em andamento, e o seu lançamento é na verdade o lançamento que completa a integração dos projetos de natureza policial e preventiva na região. Aqui, neste Complexo de Santo Amaro, nós já tivemos uma queda na criminalidade, desse período até hoje, de 74%.

Aqui, o exemplo de Santo Amaro. O total dos investimentos feitos nesse Território e o total de projetos que integram, de maneira articulada, o Território da Paz. Não é exatamente a necessidade que tenhamos 25, pode ser 18, 12. Depende da natureza da região e depende da demanda que é feita pela autoridade estadual e pela autoridade municipal.

Aqui, total de projetos do Território da Paz em Nova Brasília, Batam, Santa Marta e Chapéu Mangueira. Essa é a relação de projetos que estão sendo desenvolvidos lá.

Aqui vem particularmente em relação ao Rio de Janeiro. Nós podemos verificar aqui a evolução de recursos drenados da União Federal para o Rio de Janeiro desde o ano de 2005. Em 2005, nós temos entre a Força Nacional de Segurança Pública, o Fundo Nacional Penitenciário e o PRONASCI, que não existia — portanto, nada —, a drenagem de 30 milhões de reais. Em 2006, 12 milhões de reais.

Esse ano de 2007 foi um ano atípico, o ano do Pan. Então, aqui nós temos 327 milhões de reais que estão relacionados com o Pan. A comparação da evolução adequada, portanto, deve retirar os valores destinados ao Pan, que são repasses ordinários. Então, a comparação adequada é esta aqui: 30, 12, 147 e 151, que é o valor destinado ao Rio de Janeiro no ano de 2009.

Aqui nós temos a separação entre o geral dos Municípios e o Município do Rio de Janeiro, que também receberam recursos do PRONASCI, e se tem, então, a soma total aqui, do ano de 2009, tem 151 milhões, e o total de repasses entre 2005 e 2009, somando aí o Pan, quase 700 milhões de reais. A soma do Estado, aquele total dos Municípios, nós temos 820 milhões de reais que foram destinados à segurança pública do Rio de Janeiro.

Quero dizer algumas palavras sobre o SIMAP. Esse sistema instituído pela Fundação Getúlio Vargas é um sistema que obriga a que os parceiros do



PRONASCI façam a alimentação cotidiana das informações sobre a aplicação de recursos que foram destinados por dentro do PRONASCI.

Os municípios que não alimentam esta informação são municípios que são impelidos a fazerem a complementação de dados, senão eles são retirados do PRONASCI. Agora, neste momento, nós estamos terminando um levantamento que está sendo feito pela Fundação Getúlio Vargas, e provavelmente, desses mais de 100 municípios das 14 regiões metropolitanas que estão integradas no PRONASCI, e desses 14 Estados que estão integrados no PRONASCI, que são as regiões metropolitanas mais perigosas do País, com mais problema da criminalidade, provavelmente, vários deles sejam retirados, porque não prestaram conta dos recursos destinados no ano de 2008. Automaticamente. Evidentemente que as consultas são feitas, alguns não têm habilidade técnica para acessar, alguns erram o acesso, e nós vamos ajudando corrigi-los. Mas aqueles que, no dia 30, não se manifestaram e não preencheram as informações e não têm 25% dos recursos usados, destinados pelo Orçamento de 2008, lamentavelmente esses Municípios e Estados serão cortados.

Nós podemos afirmar que a aplicação dos recursos está sendo feita de maneira relativamente bem adequada, entre 60 a 70% dos Estados e Municípios. Digo bem adequada, até porque este programa é um programa novo, de aplicação com certa complexidade. E tanto os Estados como os Municípios não tinham estruturas institucionais adequadas para dar conta de um programa dessa natureza e da amplitude dos recursos que passaram a ser distribuídos aos Estados e Municípios, particularmente a partir da aprovação da Lei do PRONASCI, feita por esta Casa e pelo Senado Federal, que praticamente duplicou os recursos disponíveis para o Ministério da Justiça.

Aqui na pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, há uma pesquisa sobre o Bolsa Formação. É óbvio que a nota é muito alta, porque o Bolsa Formação dá ao policial um adicional salarial. Mas isso aqui demonstra como é necessário esse pequeno adicional salarial aos nossos policiais, que em regra são terrivelmente mal pagos em todo o território nacional.

Isto aqui denota muito mais a importância que eles dão a esses 400 reais do que certamente uma satisfação com o conteúdo Bolsa Formação — embora eles



sejam obrigados por esse recurso a acessar as aulas do Bolsa Formação para sua qualificação.

Aqui uma pergunta feita aos policiais sobre o grau de relevância que ele atribui às políticas do PRONASCI para o seu crescimento profissional e autoestima.

Vejo que toda a Polícia do País está respondendo positivamente ao PRONASCI, melhorando sua autoestima, e, portanto, compreendendo integralmente o que é o projeto. Até porque, com o acesso que eles têm à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, a sua ação quotidiana passa a ser modificada por aqueles programas que são concertados hoje com em torno de 80 universidades em nosso País, 80 cursos superiores em nosso País.

Aqui uma avaliação, que é desigual, de melhoria das condições de segurança na comunidade em relação aos homicídios. Piorou, continua igual ou melhor? Vejam aqui em Itapuã, por exemplo. Em Itapoã, nós temos 70,76%. Perdão, Santo Amaro: 70,76% dizendo que melhorou. É aquele programa mais antigo que mencionei aos senhores. O sucesso absoluto, portanto, não somente na queda dos homicídios, como também na consciência média da população.

Aqui nós temos na região aqui de... Qual é essa região aqui?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Santa Inês, Acre. Nós temos uma melhora de apenas 19,74%. Estou correto?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Dezessete ponto noventa e quatro. *(Pausa.)* Vocês fizeram de maneira inversa aqui, não é? Colocaram o ... Então, onde é que está aqui a... Complexo do Alemão, onde é que está aqui?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Quarenta e nove por cento melhorou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Eu não estou entendendo esse gráfico de vocês, me perdoa: 49% diz que melhorou o Complexo do Alemão. Então, essa cor marrom é a melhora. Correto. Então, 49% diz que melhorou; aqui 34% diz que melhorou; aqui 5,57% diz que melhorou. Correto?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Piorou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - E os 11 não sabem. Correto. Vocês entenderam? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Não? Então, depois, eu vou pedir para ele explicar melhor, porque eu também não entendi. Eu diria que não é um indicativo muito claro.

Bom, aqui eu tenho uma informação. Nós vamos voltar a ele depois, para que ele faça a explicação, o deslinde desse labirinto borgeano.

Aqui nós temos o orçamento do Ministério da Justiça, os valores executados. Valores executados do PRONASCI, que começa com a lei em 2007. Em 2008, 1,26 bilhão; para 2009, pretendemos executar este valor. Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Polícia Federal, o FUNPEN, o FUNAPOL e o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Bem, aqui nós temos o orçamento do Ministério da Justiça, a partir — fica mais clara essa evolução — de 2002. O orçamento é de 951 milhões; 1 bilhão e 80 milhões; 1 bilhão e 195; 1 bilhão e 397. E depois nós temos aqui já o orçamento com o PRONASCI no ano de 2008: 2 bilhões, 538 milhões. Em 2009, nós temos orçamento de 2 e 485 do PRONASCI, mas somado aí com o orçamento do Ministério da Justiça.

Então, nós temos uma evolução total aqui de 951 milhões em 2003, para 2 bilhões, 538 milhões em 2008. São recursos que foram adicionados em função das responsabilidades da União, que a União vem assumindo particularmente em relação à segurança pública e com um salto a partir da lei que instituiu o PRONASCI. Portanto, um salto a partir de 2007.

Então, eu agora vou falar 2 ou 3 palavras conceituais a respeito do PRONASCI e do Rio de Janeiro, para passar para aquele gráfico que eu gostaria que explicasse aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Qual é o conceito que o PRONASCI trabalha, que foi aprovado por esta Casa? É que a questão da segurança pública no País não é uma questão que diga respeito somente a ações de natureza policial. Nós temos que ter uma ação policial



de alto nível, nós temos que pagar melhor os nossos policiais, nós temos que qualificar a ação da polícia e as ações de inteligência, nós temos que vincular as polícias federais, polícia estadual com ações preventivas dos municípios. Mas nós temos que interromper o circuito de processamento da criminalidade, que se dá, de maneira apenas caricata mas verdadeiramente simbólica, nas regiões onde nós temos um núcleo do crime organizado, por exemplo, no topo de uma favela do Rio de Janeiro, e o consumidor da droga ou o receptor numa outra região.

Quem faz este caminho ordinariamente são os jovens. Jovens que não têm 18 anos ou mais de 18 anos, jovens que são instrumentalizados pelo crime e que são chamados pelo crime organizado para serem os portadores de uma relação mercantil paralela, criminosa e que traz severos danos a todos os setores da sociedade.

Então, o PRONASCI procura estabelecer, além dessas políticas tipicamente de segurança policial, se me permite a metáfora, também de segurança preventiva, ou seja, interrompendo esse circuito através de programas que chamem os jovens para uma relação com o Estado, seja de natureza educacional, seja de natureza artística, seja de formação regular, seja através do acesso, por exemplo, aos programas de ingresso no ensino superior, seja através de programas de preparação para a cidadania, de formação para esses jovens, para que eles sejam retirados desse circuito.

Para isso, o Ministério da Justiça dispõe não somente da Força Nacional de Segurança, quando ela é chamada a dar apoio à ocupação de um território — atualmente estamos atuando em aproximadamente 5 Estados do País — ou quando existe uma situação excepcional, que ela tenha que dar um respaldo para as ações policiais e regionais, e isso só pode ser feito através de um pedido do Governo do Estado.

Os programas que estão dentro do PRONASCI, nenhum deles foi inventado por qualquer cabeça genial do Ministério — que não as tenha, aliás. Todos eles foram programas que foram visibilizados em outras regiões, se tornaram visíveis em outras regiões do mundo e nós fomos apanhando aquelas experiência e trazendo para a experiência brasileira.



É uma mudança de paradigma, porque o paradigma tradicional... E isso não é uma questão do Rio de Janeiro; o Rio de Janeiro se torna mais agravado pela acelerada ocupação de sub-habitações e habitações que ocupam espaços territoriais muito exíguos. Isso ocorre em todas as regiões do País.

O modelo de segurança até então disponível, depois desta grande modificação política, repito, feita por esta Câmara e por esse Senado a partir de uma iniciativa do Poder Legislativo, é a renegação daquele modelo, que a polícia entra, faz o confronto e sai. Quando a polícia entra e faz o confronto e sai, ela fortalece os poderes do crime organizado que está estruturado naquela região. Se a polícia entra e permanece e estrutura os postos de policiamento comunitário, estrutura políticas de ocupação por um policiamento treinado, por um policiamento de vizinhança, que leve o nome que levar — lá no Rio de Janeiro se chama Força de Pacificação Territorial. A polícia permanece e passa a estabelecer uma relação com a comunidade que já está recebendo esses programas preventivos, cuja clientela não é qualquer jovem pobre. Isso é importante. Já estamos inclusive observando, em algumas regiões, alguns erros das pessoas aplicarem esse programa do PRONASCI simplesmente porque o jovem é pobre. Não, esse tem que ser alvo das políticas sociais, da Prefeitura, do Governo do Estado, da União Federal. O jovem que é buscado pelo PRONASCI é o jovem que já está no itinerário da criminalidade, para ser retirado daquele itinerário.

Então, uma polícia comunitária ideal é aquela polícia que pega um jovem que está com um papelote de cocaína e leva esse jovem ou para um tratamento, ou leva esse jovem para ser acolhido num programa de formação. Este jovem tem que ser retirado desse circuito. Ao mesmo tempo que esse policial, que está treinado, que está gabaritado, que está integrado com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, se enfrenta um traficante, faz o enfrentamento para a sua prisão e faz o enfrentamento que for necessário.

Então, na verdade, o PRONASCI é um conjunto de programas preventivos de aplicação local, com uma ação policial de outra natureza. Mas não é de uma visão romântica de que a polícia não vai fazer enfrentamento, que a polícia não vai ter armamento pesado, que a polícia não vai ter armamento convencional necessário. Às vezes, a polícia vai usar no policiamento comunitário um armamento não letal,



como já está ocorrendo em algumas regiões do País. Armamento não letal que é bancado pelo Ministério da Justiça, dentro de um programa de policiamento de vizinhança. Em outros casos, até colocamos a Força Nacional para dar apoio para ocupação de uma determinada região e financiamos também armamento letal, quando necessário, desde que integrado num projeto dessa natureza.

Portanto, passo a informar a respeito de uma situação mais dramática, mais concreta do Rio de Janeiro. Por que o Rio de Janeiro está assim? Por vários fatores objetivos, que em última instância criaram determinadas zonas que são controladas ou por milícias ou são controladas pelo crime organizado. Por que isso ocorreu no Rio de Janeiro? Porque lá as condições objetivas para isso estavam dadas por esse crescimento urbano desorganizado e porque, em nenhuma parte do País, houve uma mudança de paradigma. Então, lá foi um terreno mais fértil para o acolhimento desse tipo de poder que se dá paralelo ao Estado em determinadas regiões do Rio de Janeiro.

Agora, não vamos compreender a situação do Rio de Janeiro como uma situação que fosse excepcional do País. Não é excepcional. Se esse ciclo não for interrompido, esses problemas que estão ocorrendo no Rio de Janeiro ocorrerão em muitas regiões metropolitanas do País. Em algumas inclusive já ocorrem de uma maneira diferenciada, como, por exemplo, zonas inteiras de pistolagem no Nordeste, que têm uma situação tão dramática, tão pior do que no Rio de Janeiro, mas como, vamos dizer assim, não têm uma visibilidade muito importante, não têm uma visibilidade política, não têm centralidade política, são situações que passam despercebidas.

Então, o que está ocorrendo no Rio de Janeiro hoje — eu sempre repito isso — é que nós temos que nos unir para vencer a batalha no Rio de Janeiro, porque ela é uma batalha modelar, porque ela vai ter efeito em toda a segurança pública do País. Então, o Governo Federal apoia essa visão que está sendo desenvolvida, de ocupação territorial pelas forças da Polícia Militar com esses projetos de pacificação, combinados com essas ações na base da sociedade, de natureza preventiva.

Isso não tem efeitos dramáticos, positivos, espetaculares. A crise do paradigma da segurança pública no País tem quase 40 anos. Temos uma política de segurança completamente defasada. Essas mudanças que o PRONASCI está



propondo estão apenas começando. E nós vamos ter um ciclo de transformação desse paradigma até chegarmos a uma política de segurança com cidadania.

Isso está sendo aplicado nos Estados que tiveram índices de criminalidade mais fortes, sem qualquer tipo de avaliação político-partidária em relação a essas regiões. Vocês pegam as cidades que estão no PRONASCI, são 109 cidades: vocês vão ver que 90 delas estão nas 11 regiões metropolitanas que têm índices de criminalidades muito fortes, e já estendido para mais 3 regiões metropolitanas. Essa extensão foi uma extensão também que se deu com determinados critérios. Não existe nenhum tipo de relação política do PRONASCI com qualquer região do País, até porque os Estados foram selecionados a partir dos índices de criminalidade que foram avaliados naquelas circunstâncias.

Nós estamos no momento de uma mudança do paradigma. Essa mudança do paradigma tem um foco importantíssimo hoje, que é o Rio de Janeiro, não somente em função das Olimpíadas que ocorrerão em 2016, mas em função da representação que tem o Rio de Janeiro em relação ao restante do País. O Rio de Janeiro é, na minha opinião, a cidade mais importante do País. É a cidade mais importante do País não somente pela sua beleza natural, pela sua tradição republicana, pelo fato de que é uma atração turística extraordinária, pelo fato de que é uma cidade que representa praticamente uma visão cultural do Brasil lá fora: é a cidade que foi escolhida para o Pan-Americano. Não é nenhum desagravo para qualquer outra cidade importante do País e nem à minha Capital, de que fui Prefeito. Mas a dimensão simbólica que tem o Rio hoje diz respeito a todos nós, a todos os partidos, a todas as formações político-ideológicas, a todos aqueles que prezam a democracia, porque a questão da segurança pública no País já não é mais somente de segurança, é uma questão democrática para o País.

Se não vencermos a questão da segurança pública, vamos estar comprometendo o projeto democrático do País, que diz respeito a todos nós, que diz respeito a todos os democratas, que diz respeito a todos os partidos. Por quê? Porque um país que não consegue oferecer à sua cidadania o direito de ir e vir no seu território, minimamente garantido, é um país que começa a comprometer a sua vocação democrática.



Eu entendo que essa reação que teve o Congresso Nacional, aprovando a legislação do PRONASCI, inicia uma inflexão profundamente inovadora. Mas a batalha é de médio e de longo prazo. Não é uma batalha de curto prazo. De curto prazo, nós podemos dizer que o PRONASCI está tendo efeitos positivos em todas as regiões em que está sendo implantado. Alguns menos positivos e alguns mais positivos, mas todos eles positivos e com a consciência inovadora dos gestores públicos, uma consciência nova dos gestores públicos para abordagem de políticas públicas de caráter universal, como é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

O Município do Rio de Janeiro está agora totalmente integrado também no programa, e irá receber os recursos através de projetos que ofereceu, porque são recursos que estarão integrados nessas políticas preventivas que eu mencionei em relação aos territórios.

Pela avaliação que nós temos — vou falar agora, para finalizar, sobre a questão do Pan-Americano diretamente —, nós temos hoje 5 territórios com a Polícia de Pacificação. Um entendimento que nós temos hoje, o levantamento que os nossos técnicos fizeram é que nós precisamos, para ter condições de segurança que sejam legadas, eu quero dizer — vou repetir isso, que sejam legadas —, dar segurança para o Pan, nós não precisaríamos do PRONASCI. Nós ocuparíamos a cidade do Rio de Janeiro, como fizemos em outras circunstâncias, e pela dura... Perdão, da Olimpíada. E, pelo tempo da Olimpíada, nós deixaríamos a cidade ocupada. Não tem problema. Depois que termina a Olimpíada, volta toda a situação anterior, como já ocorreu em outras circunstâncias, inclusive agora no próprio Pan-Americano. Não é? Rio 92.

Então, o que temos que dizer é o seguinte: nós colocamos a questão da Olimpíada como a meta para deixar um legado. E a avaliação que nós temos é que, esta meta para deixar um legado, nós precisaríamos ter aproximadamente 50 territórios, destacados dos 100 que foram levantados — mais de 100 foram levantados —, nós precisaríamos ter 50 territórios com essa política de pacificação e com a integralidade dos projetos preventivos.

Aí, quando terminarem as Olimpíadas, nós legaremos ao Rio de Janeiro uma situação de segurança pública completamente diferente da situação que nós



encontramos hoje. Será um legado de todos nós, e não um legado de um governo ou de um partido, até porque temos sucessivos processos eleitorais até lá.

Permaneço à disposição de V.Exas. (*Pausa.*)

Ronaldo, passa aquela lâmina e você fala.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Bem, a Fundação Getúlio Vargas, como disse o Ministro, acompanha todos os projetos do PRONASCI. Nessa lâmina em especial, observem a legenda logo abaixo: a cor marrom diz respeito ao Complexo do Alemão; a cor amarela diz respeito a Santo Amaro, Pernambuco; a cor verde, a Acre, Santa Inês; e a azul, Itapoã, Distrito Federal.

Se pegarmos especificamente o Complexo do Alemão, Nova Brasília, onde o Território de Paz foi instalado, 11,36% não sabem ou não responderam a respeito da questão se piorou, continua igual ou melhorou. É uma pesquisa sobre percepção de segurança. Não sabem, 11%. No Complexo do Alemão, 5,57% respondem que piorou; 34,08% consideram que continua igual, que não mudou absolutamente nada; mas 49% afirmam que melhorou.

É uma percepção de segurança. São dez meses de instalação do Território de Paz. Portanto, não são índices ainda objetivos de queda de criminalidade.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Se pegarmos Santo Amaro, em amarelo, 2,33% respondem “não sabem”; 8,97% consideram que piorou; 17,94% consideram que continua igual, nada mudou; mas 70,76% afirmam que têm uma nova sensação de segurança naquela ambiência do Território de Paz. Em verde, Santa Inês, que é a Zona de Atendimento Prioritário 5, lá do Acre: 1,56% não sabem, não responderam; 48% respondem que piorou — observem que aqui há uma crítica clara da população naquele território —; 29,40% consideram que continua igual, e aqui apenas 20,94% acolhem, neste momento, o programa como satisfatório.

Portanto, demonstra-se um pequeno insucesso inicial atribuído, segundo a Secretaria do Acre, a uma operação policial feita de forma desavisada. No que diz respeito a Itapoã, 2% consideram não saber do que se trata; 37% consideram que piorou; 32% consideram que continua igual, e 28% já afirmam que melhorou. Aqui, houve uma pequena demora na execução de alguns projetos, já mediados com o Secretário Valmir Lemos, e temos a expectativa do avanço na sequência.



É isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós agradecemos a explanação do Exmo. Sr. Ministro Tarso Genro.

Mas, para mim, particularmente, antes de passar a palavra ao Relator, fica cada vez mais evidenciada, Ministro, a importância que teve a propositura desta Comissão Parlamentar de Inquérito para manter aceso e em discussão esse tema, que é um dos maiores clamores da sociedade brasileira, sem dúvida nenhuma, até porque o que podemos perceber, e eu tenho ressaltado isso na CPI, é que o problema da segurança pública é mais sério do que os outros problemas do Governo. Por quê? Porque nós não temos, na verdade, os outros. Nós temos problema de financiamento na saúde, mas temos um Sistema Único de Saúde. Na segurança pública, não. Nós temos um problema de modelo. Nós temos um País transcontinental, um País onde os Estados não têm fronteira, com polícias completamente heterogêneas, com pensamentos completamente heterogêneos por parte dos governantes. E, mais uma vez, na explanação do senhor fica claro que não é a prioridade política de uma boa parte da classe política dos governantes deste País a questão da segurança. Quando se tem recursos, às vezes, para serem aplicados nos Estados, são aplicados e os Estados não conseguem prestar contas para dar continuidade aos programas. E fica aí essa colcha de retalhos.

O que podemos perceber — e temos que ressaltar a importância do PRONASCI, naquilo em que ele veio contribuir com a segurança — é que nós temos que realmente fazer uma discussão mais ampla sobre algumas questões pontuais. Aí, eu divido a questão da segurança pública, Ministro, em 2 etapas.

Primeiro, naquilo que a sociedade mais clama, que é uma resposta mais imediata, uma resposta mais rápida, mais efetiva, e eu não vejo outra que não seja através da repressão e do imediato cumprimento do mister constitucional do Estado brasileiro, que é dar condição no nosso sistema penitenciário de ressocialização dos nossos detentos. Eu acho que são importantíssimos os investimentos para que se evite que o jovem venha a entrar no crime. Mas nós temos 400 mil detentos que, com certeza, vão voltar para as ruas num sistema que hoje só serve para 2 coisas, na nossa modesta opinião — e foi de forma explícita diagnosticado pela CPI do Sistema Carcerário, que terminou agora, com o Relator Domingos Dutra fazendo um



belíssimo trabalho. O nosso sistema só serve para segregar e aperfeiçoar para o crime. Então, nós temos o problema das nossas polícias. Não há de se falar em fazer segurança pública sem investimento no homem, e a prova de que esse investimento funciona é a Polícia Federal, foi a instrumentalização da Polícia Federal, do ponto de vista de treinamento, de salário, de qualificação.

Hoje a Polícia Federal é um modelo. Ainda há muito para avançar, mas é um modelo para o nosso País. É uma polícia que caminha a passos largos para ser realmente uma polícia republicana. Isso não é a realidade das nossas polícias judiciárias nos Estados e das nossas polícias civis, todos sabemos disso. Precisamos de avançar. Ouso dizer, até porque temos em alguns Estados alguns elementos para poder dizer isso, que policiais militares em alguns Estados da Federação passam mais de 10 anos sem dar sequer um tiro de treinamento. Quer dizer, ficam sem condições de dar resposta, de dar segurança nem às suas próprias famílias, muito menos à sociedade. É um problema que precisa ser discutido.

Outra visão que tenho de forma inequívoca — posso estar equivocado — é uma visão prática. Não vejo solução para a questão da segurança se não houver uma política nacional de segurança. Se precisar, vamos mudar. O Ministro ressalta sempre a questão de que não é mais um problema dos Estados. E não é mesmo. Se precisar, temos que mudar a Constituição Federal, do ponto de vista da competência dos Estados e da segurança pública. Se precisar, temos que discutir, inclusive, a competência constitucional exclusiva dos Estados na questão da segurança pública, mas tem que ser feito.

Não vejo, particularmente, uma solução se não houver uma política nacional de segurança pública com uma decisão de recursos vinculados. Foi sempre colocado, e percebemos isso de forma prática também, que o Ministério da Justiça, muitas vezes, faz um repasse de recursos para os Estados, e os Estados não ampliam seus investimentos na segurança. Pelo contrário, diminuem os investimentos próprios e utilizam o do Ministério da Justiça, que são investimentos muito aquém da necessidade para se fazer esse combate ao crime que avança de forma veemente no País.

Sabemos da força de uma proposta objetiva do Executivo nesse sentido.

Outra questão é o processo penal.



Tenho uma visão particular de que já temos um baixíssimo índice de apuração dos delitos no nosso País. Quando temos apuração e conseguimos chegar ao final de um processo com trânsito em julgado, já muitas vezes não temos nem condição de fazer aplicação da pena. Então, tenho a compreensão, e a passo para os nobres colegas, de que qualquer um, condenado em primeira instância, e essa condenação sendo referendada por um colegiado, acho que bastaria para que o Estado pudesse assim fazer a devida aplicação da pena.

Então, são colocações que queria fazer, são preocupações daquele que está vendo o esforço do Ministério da Justiça, mas que fica imaginando, de forma prática, os nossos policiais completamente desamparados. Quando falo da questão policial, é que precisamos prepará-los, precisamos dar salário e também cobrar com corregedorias independentes, com uma polícia realmente voltada completamente para o seu mister, que é dar segurança ao cidadão brasileiro.

Com a palavra o Sr. Relator Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, quero agradecer ao Ministro Tarso Genro, que desde o primeiro momento colocou-se à disposição desta Comissão. O Ministério da Justiça tem sido parceiro do trabalho que estamos desenvolvendo.

Na realidade, Ministro, esta Comissão foi criada pelo Presidente Michel Temer com o objetivo de identificar e apontar alternativas que possam ser implementadas, tanto no âmbito de mudanças da legislação, como de alteração de procedimentos na área administrativa do Executivo e dos demais Poderes, e que possam ter como resultado uma diminuição dos índices de violência e de criminalidade em todo o País.

Nesses últimos quase 60 dias tivemos a oportunidade de reunir boa parte dos principais pesquisadores, estudiosos da matéria no Brasil. Estiveram aqui conosco o Diretor-Geral da Polícia Federal, o Sr. Ronaldo Teixeira, Coordenador Executivo do PRONASCI, o Dr. Balestreri e Secretários de Segurança de alguns Estados.

A partir desse acúmulo, então, estamos iniciando uma segunda fase do trabalho com a sua presença aqui, hoje, no sentido de começarmos a avançar em algumas propostas.



A nossa ideia, Ministro, é não aguardar o final da CPI para propor mudanças e alterações. Sempre que houver um acúmulo já queremos encaminhar ao Presidente Michel Temer e propor que esses temas sejam pautados. Aliás, sou Deputado já por 7 anos. Durante 6 anos fui da Comissão de Segurança Pública e, infelizmente, esse tema só entra na pauta geral da Casa quando nos deparamos com alguma tragédia: o caso do menino João Hélio, outros episódios semelhantes, que forcem a atenção da mídia e da Casa para o tema. E esta Comissão tem tentado exatamente fazer esforço diferente: pensar políticas, propor políticas.

A primeira questão que quero colocar a V.Exa. é, para mim, uma questão chave, que é reveladora, digamos assim, dessa condescendência que o Estado brasileiro, que a sociedade brasileira teve com a falência desse modelo de segurança ao longo das últimas décadas.

Tivemos a oportunidade de estar no Rio de Janeiro, Ministro, e do meu ponto de vista essa espécie de conduta, na qual o Estado abdicou da sua presença em determinados territórios, hoje controlados ou pelo tráfico de drogas ou pelas milícias, ao longo das últimas décadas, tem uma origem teórica semelhante ao processo que levou o Estado a abdicar do controle de boa parte do sistema prisional, uma espécie de acordo tácito. Já tínhamos identificado isso com clareza quando a CPI do Tráfico de Armas esteve em São Paulo. E agora, no Rio de Janeiro, a mesma coisa: a ideia de que o sistema carcerário é dividido pelas organizações criminosas, com disciplina interna e regras internas.

E não é muito diferente o que aconteceu nessas áreas de ocupação, tanto é que os serviços básicos, essenciais, atividades econômicas, todas elas, dentro dos presídios, ou em áreas ocupadas pelas milícias e pelas organizações criminosas, estão terceirizadas pelo Estado.

Por isso, concordo que a ideia de ocupar esses territórios pelo Estado e retomar o controle do sistema carcerário no País são 2 medidas chaves para poder reverter esta situação geral.

O que gostaria de ouvir de V.Exa. é se não há necessidade de que pudessemos avançar num entendimento maior com o próprio Poder Judiciário, com o Ministério Público para traçar uma política comum.



Vou dar alguns exemplos. Tenho escutado de vários Delegados, não só da Polícia Federal, mas de Polícia Civil, a dificuldade que têm tido neste último período, por exemplo, na questão das escutas, a dificuldade por não existirem varas especializadas de combate ao crime organizado no âmbito do Poder Judiciário, muito poucas, e também no Ministério Público. Há necessidade de uma ação mais especializada no âmbito de todos os Poderes voltada para o combate ao crime organizado. Muitas questões que têm sido cobradas do Parlamento pela imprensa já foram objeto de deliberação nesta Casa.

Cito, por exemplo, Ministro, a questão da ADIN 3.112. Aprovamos nesta Casa uma legislação, que foi aprovada no Senado, diferenciando de maneira categórica o porte ilegal de armas restritas, do uso das Forças Armadas, do uso de guerra. Mas o Ministério Público Federal se manifestou, e o STF acolheu essa ADIN, que praticamente, do meu ponto de vista, torna equivalentes, como crime de mera conduta, o porte ilegal de armas e o porte ilegal de armas de uso restrito das Forças Armadas.

Aprovamos aqui uma legislação, por exemplo, que acabava com o instituto da liberdade provisória para o caso do uso restrito de armas de guerra das Forças Armadas, mas esse artigo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Criamos aqui dificuldades para a questão da fiança em determinados crimes semelhantes, mas o Supremo Tribunal Federal considerou ilegal, declarou a inconstitucionalidade desses artigos. A progressão do regime, aprovamos aqui para que não houvesse no caso de crimes hediondos. O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional.

Nessa questão das armas de uso restrito é bom que tenhamos oportunidade. Manifestação do Ministério Público Federal: não podem ser equiparados a terroristas. O que eles defendem aqui? Crime de mera conduta. Não posso deduzir, porque alguém tem o porte ilegal, que irá cometer um crime. Este é o raciocínio.

Ora, Sr. Ministro, podemos até concordar no caso de alguém que foi preso, detido com revólver 32, 38, não registrado, mas é possível raciocinar com a ideia de crime de mera conduta com alguém que é preso com uma metralhadora? Com granada?



Então, acho, Sr. Ministro, que é necessário, e o Ministério pode colaborar de maneira fundamental, que se chame também o Ministério Público, o Poder Judiciário, juntamente com o Legislativo, para que se identifique um conjunto de mudanças necessárias que reduzam essa sensação de impunidade e permitam que, efetivamente, a sociedade possa avançar de maneira conjunta nessas questões.

Então, gostaria de ouvir sobre essa questão da relação com o Judiciário, Ministério Público, demais Poderes, interpretação da legislação. Como, na sua avaliação, poderíamos avançar de maneira positiva nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Passamos, então, aos inscritos. O primeiro inscrito é o Deputado Marcelo Itagiba, PSDB do Rio de Janeiro, se o Líder José Aníbal fizer a concessão ao Parlamentar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, o procedimento... O tempo está um pouco restrito. Será que não poderíamos fazer em bloco de 3? Ou não há necessidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - O Ministro prefere que os Parlamentares discorram e logo no final ele fará nova explanação sobre todos os temas abordados.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Dê um prazo para cada um, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Vamos iniciar. Se se estender, a gente... O tema é muito importante, acho que está todo mundo muito bem...

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Faria uma sugestão conciliadora, que façamos os 3, o Relator, a minha pergunta, o Líder José Aníbal, o Ministro poderia responder. Em seguida, as outras 3 perguntas, como, aliás, sugeriu o Deputado Gabeira. Parece-me bastante apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Se o Ministro não se opuser.

Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Em primeiro lugar, quero saudar o Ministro, pessoa com quem mantenho cordiais relações. Muito admiro o seu trabalho à frente do Ministério da Justiça. Mas gostaria também de, ao mesmo tempo, fazer



algumas considerações que me parecem pertinentes e oportunas, porque entendo que talvez não seja uma visão total por parte do Ministro, mas uma falha grave da sua assessoria ao prestar determinado tipo de informação.

Parabenizo-o pelo PRONASCI e lamento não tê-lo tido como Ministro à época em que fui Secretário de Segurança Pública. Talvez as coisas tivessem andado muito melhor no que diz respeito à relação do Estado do Rio de Janeiro com o Governo Federal.

Mas chamo a atenção de V.Exa. para trazer alguns dados que me parecem importantes. Como V.Exa. disse, os estudos que chegaram ao PRONASCI são uma colagem de várias experiências praticadas em vários locais do mundo que permitiram chegar a um modelo. Gostaria de ressaltar que o que hoje se chama unidade pacificadora começa lá atrás, no Estado do Rio de Janeiro, em outros governos, com os postos de policiamento comunitário. E depois com os grupamentos policiais em áreas especiais. Ou seja, esse modelo já existiu, já foi implementado, estava ainda em fase de ação, quando se modificou o nome e apenas se fez uma alteração de efetivo.

Outra coisa que gostaria de assinalar é que o Governo que aí está, não digo o Governo Federal, mas o Governo estadual do Rio de Janeiro, não tem um plano de segurança pública. Até porque talvez V.Exa., como não estava na Pasta da Justiça à época e sim na Pasta da Educação, não sabe que no Rio de Janeiro foi criado um novo conceito de delegacia, que são as chamadas Delegacias Legais. É um novo conceito instrumental para a polícia poder realizar as suas ações de registros de ocorrências, de troca de informações e de processamento de dados. Ou seja, na gestão anterior foram feitas mais de 100 Delegacias Legais no Estado do Rio de Janeiro. Até agora, no atual Governo, não passaram de 4 Delegacias Legais em sequência ao projeto que não foram feitas sequer com recursos próprios, recursos oriundos ao que parece, neste atual Governo, do BNDES.

Outra coisa que foi realizada é que nessas Delegacias Legais foram retirados os presos de dentro do sistema das delegacias. A Delegacia do Leblon chegou a ter quase 300 presos em determinados momentos e foram construídas 11 casas de custódia. Além disso, foram construídos 4 batalhões altamente importantes, como o da Linha Vermelha, sem o que hoje talvez não tivesse trânsito na Linha Vermelha; o



da Barra da Tijuca, sem o que o pan-americano sequer poderia ter sido realizado; o da Baixada Fluminense e o BOPE, que é a primeira experiência pacificadora na comunidade do Pereirão.

Estou fazendo esta reportagem a V.Exa. para que conheça um pouco dos antecedentes do que hoje existe no Rio de Janeiro, além de aumento real de efetivo das corporações da Polícia Civil e da Polícia Militar, sendo o da Polícia Militar em quase 17 mil homens. Cada concurso que o Estado faz hoje para mil homens é apenas para reposição do que se perde por ano, que é em torno de 900 a mil policiais no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, gostaria de chamar a atenção de V.Exa., talvez a sua assessoria não lhe tenha informado, para matéria que foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* desse domingo, dia 25 — pediria ao Presidente que me permitisse usar a palavra sem ser atrapalhado pela plateia —, que é um dado muito importante publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* onde traz o comparativo do Governo anterior e do Governo atual no que diz respeito a índices de criminalidade, no que diz respeito aos dados obtidos no próprio Instituto de Segurança Pública, que foi um ato da administração anterior que criou a possibilidade de se ter estatísticas policiais no Estado do Rio de Janeiro.

Então, autos de resistência, eles aumentaram em mais de 10% no Rio de Janeiro. A média mensal, que era alta já, de 90 passou a ser de 99 na atual gestão. Um aumento de 9 mortes por mês em conflito com as forças policiais.

O tal chamado combate que agora se diz existir sempre foi praticado e sempre foi realizado pelas forças policiais do Estado. Para V.Exa. ter uma ideia, o nível de prisões no Estado do Rio de Janeiro teve um declínio de mais de 20%, ou seja, a polícia prendeu menos 20% de criminosos.

Além disso, há um outro dado que me parece muito importante, reduziu-se o número de apreensões de armas nas mãos dos criminosos em 33%, comparadas as duas gestões. Ou seja, se prende menos e se apreende menos armas. Além disso, nós temos a apreensão de drogas, com redução também no número de 13% — saiu de 31 mil para 27 mil. Além do que o roubo a transeuntes, para o senhor ter uma ideia, cresceu de forma exponencial: saiu de 62 mil fatos para 177 mil fatos, um aumento de 183% no roubo a transeuntes. E no roubo a ônibus houve um aumento



de 53%, saindo de 14 mil para 22 mil registros de roubo dentro de coletivos. Houve melhoras, e deve-se ressaltar, de 11% no roubo de veículos, na atual gestão. E nos homicídios, uma coisa muito interessante, Sr. Ministro, eles reduziram em 10%, saiu do patamar de 17 mil no período de 3 anos para 15 mil, o que é algo significativo e importante. A única coisa que não se fala é que o número de encontro de cadáveres saiu de um patamar altíssimo, de mil para quase 3 mil, ou seja, se colocarmos os cadáveres encontrados nos números, estaremos muito próximos dos mesmos números ocorridos no passado.

Chamou-me a atenção — e está sentado ao seu lado um dos grandes policiais da Polícia Federal, Dr. Roberto Troncon, com quem tive a honra de trabalhar no Estado de São Paulo — quando ele disse que os fatos ocorridos recentemente no Rio de Janeiro não deveriam ser críticas ao Governo Federal, porque são 8 mil quilômetros de fronteiras em que a Polícia Federal tem que atuar para que as drogas e as armas não entrem. Ao mesmo tempo, a Polícia do Rio de Janeiro e a Secretaria de Segurança Pública tinham conhecimento prévio de que seria realizada uma invasão na Comunidade dos Macacos com bandidos provenientes do Comando Vermelho, de uma área do Complexo do Alemão, onde não é feito o combate à criminalidade, razão pela qual se organizaram e partiram para o predomínio de uma determinada área e não conseguiram evitar.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Pois não, Deputada Marina.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Inclusive, eu recebi esse comunicado e o repassei para o *Jornal O Globo*, e a cúpula da Segurança Pública sabia, e o nosso Secretário de Segurança, no dia seguinte, falou que realmente sabia, que tinha a informação. Tudo o que a Polícia Civil queria fazer era cercar a entrada e não deixar sair do Alemão. E realmente foram impedidos de sair e hoje, para complementar o que o Deputado Itagiba está falando, ninguém — tenho muito respeito por V.Exa. —, mas ninguém entra na Vila Cruzeiro.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Presidente, eu só queria fazer uma questão de ordem. Há uma lista de inscritos. Se há aparte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - A palavra está com o Deputado Marcelo Itagiba, para concluir.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Deputada Marina, muito obrigado pelo seu aparte.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas eu não terminei. Eu estou num aparte. Ele é um Deputado e eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Marcelo Itagiba, para concluir.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Estou indagando se há uma lista de inscritos que vai ser respeitada.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Sim, mas eu não vou fazer nada, eu vou continuar falando sobre o que ele está falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - O tempo do Deputado Marcelo Itagiba está-se esgotando. Para concluir, Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Para concluir, Sr. Ministro, eu gostaria de colocar e lamentar a sua declaração, hoje, publicada no Jornal *O Globo*, que diz que não se fazia investimento porque havia um chefe da Polícia Civil envolvido com crime. Até porque, àquela época, ninguém tinha o conhecimento nem prova sobre os fatos, e aquele fato na verdade foi investigado pela Polícia Federal por solicitação do Secretário de Segurança Pública e levou praticamente 3 anos a se chegar a uma conclusão e ao desencadeamento da operação. Portanto, os investimentos não deixaram de ser feitos em função daquilo. O senhor sabe muito bem as razões pelas quais os investimentos não foram feitos, embora o senhor não estivesse na Pasta à época.

Por isso é que lamento a declaração de V.Exa. e procurei demonstrar ao senhor que, na verdade, política de segurança pública existia no passado, o que existe hoje são espasmos. E o senhor tem colocado bastante recursos à disposição do Rio de Janeiro e não tem tido, segundo os dados levantados pelo próprio Deputado Molon, que é do PT do Rio de Janeiro, e pelo Deputado Presidente do PSDB no Município, Luiz Paulo Correa da Rocha, o Estado do Rio de Janeiro não conseguiu realizar 20% sequer do valor orçado para investimentos no Estado. Ou seja, o senhor está mandando dinheiro, está mandando 130 milhões, mas o Rio não consegue executar o seu próprio orçamento.



E gostaria de finalizar dizendo ao senhor o seguinte: na época em que eu era Superintendente da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, eu propugnei pela constituição de uma força-tarefa composta não só pelas polícias, mas também pelas Forças Armadas, para desarmar os criminosos que estão com armas de guerra e, sendo uma atribuição das Forças Armadas, tirar esse armamento das mãos dos bandidos. Não tive sucesso porque houve uma resistência por parte do Governo do Estado, à época, que era administrado por um outro governo. Posteriormente, na condição de Secretário de Segurança Pública, fiz a mesma proposta ao Governo Federal. E infelizmente também não obtive sucesso. E eu vejo que a única forma de efetivamente se fazer aquilo que o senhor pretende, dentro das normas do PRONASCI, é entrar, desarmar, ocupar e levar a sociedade a participar efetivamente da comunidade que está submetida às armas de criminosos violentos, que são as comunidades mais carentes do Rio de Janeiro, porque não adianta, porque hoje não existe efetivo suficiente para ocupar as mil favelas. Não vai adiantar ocupar 10, 15, 20, porque não vai se ocupar o Complexo do Alemão, como não se ocupou, como se contou uma mentira de que a Força Nacional havia dominado o Complexo do Alemão no início desse Governo. E nós todos sabemos que não dominou, que eles estão fortemente armados e que é de lá que eles irradiam todas as suas ações para dominação da outra parte, da outra facção, que é a ADA, que também está locada e incrustada na Favela da Rocinha.

Portanto, enquanto não houver incursões feitas pelas polícias nessas localidades, eles estarão se fortalecendo e estarão praticando nessas áreas a tentativa de predominância e de domínio. A polícia recuou, a polícia, em função das obras do PAC, não executou as ações que deveriam ser executadas lá de forma consistente e permanente e permitiu que isso viesse a acontecer exatamente na semana passada, fazendo com que o helicóptero caísse. Mas, muito mais grave do que a queda do helicóptero, foi a perda de 3 policiais militares que deixaram as suas vidas numa missão suicida, e quem determinou aquele tipo de missão deveria ser criminalmente responsabilizado, tendo em vista colocar em risco uma tripulação que ali estava para dar cobertura, mas não para se submeter ao tiro de criminosos que estão armados com armas de guerra e que precisam ser desarmados pelas Forças Armadas.



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu desafio qualquer um a entrar no Complexo do Cruzeiro, qualquer um.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, V.Exa., no início, depois da exposição do Ministro, esclareceu que as intervenções dos Parlamentares seriam no prazo de 5 minutos. Quero saber se houve alteração ou se o tempo é indefinido. Só para nortear a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Biscaia, diante da reclamação de V.Exa., a palavra certa é essa, então, nós vamos marcar o tempo de 5 minutos. Peço à Secretaria que marque. E vamos respeitar rigorosamente o tempo para que todos os Parlamentares tenham condições de participar da audiência.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) – Líder José Aníbal com a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, o aparte da Deputada Marina foi legal, foi oportuno, porque S.Exa. apenas complementou o que o Deputado Marcelo Itagiba falou. Agora, não vejo por que querem cercear o direito da Deputada Marina de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - O problema é que o tempo do Deputado Marcelo Itagiba já tinha ultrapassado e nós estávamos com vários colegas fazendo reclamação da utilização do tempo.

Líder José Aníbal com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, eu, na semana passada, fui à Comissão e apresentei uma solicitação de convocação do Sr. Ministro da Justiça. E o Deputado Paulo Pimenta sugeriu que transformássemos isso num convite. A motivação da minha convocação eram os episódios do Rio de Janeiro. E, na convocação, inclusive eu já fazia alguns adiantamentos de questões que eu gostaria de ver consideradas aqui pelo Ministro que têm a ver com as razões, as origens, as ações que estão sendo feitas, ou não estão sendo feitas, e que criaram aquela situação. E o Ministro tinha dito uma coisa que eu acho até um impulso de uma autoridade pública diante de um fato tão avassalador como aquele da derrubada do helicóptero. O Ministro tinha dito: *“Não, nós vamos repor o helicóptero*



para o Rio de Janeiro, vamos arrumar um novo helicóptero para o Rio de Janeiro". Eu ouvi aquilo e disse: bom, se isso resolvesse. Mas, logo em seguida, no dia seguinte ou depois, o Ministro disse: *"Olha, nós também vamos colocar à disposição recursos, vamos isso, vamos..."* E as coisas vieram evoluindo. Já sei que o Ministro esteve lá ontem oferecendo novos recursos, enfim. Mas a questão que eu queria ponderar aqui tem a ver até com uma observação que o Ministro fez na fala dele. Outro dia eu conversava sobre isso com o Gabeira. Se esse ciclo em que está mergulhado o Rio de Janeiro, de violência, de criminalidade, não for interrompido, vai se espalhar. Ele vai chegar em BH, vai chegar em Recife, vai chegar em Porto Alegre, vai chegar em São Paulo, vai chegar no ABC, sei lá. Pode ser até um exagero dizer isso hoje, mas é o que vai acontecer. Agora, se ele for interrompido, constituirá uma referência fortíssima para todo o Brasil.

Por isso, eu queria que nossa conversa se centrasse nessa matéria. Quais são as ações... Eu peguei uma carona na CPI sobre violência urbana. Hoje essa violência urbana é mais evidente, transparente, noticiada na cidade do Rio de Janeiro, infelizmente — aquela maravilhosa cidade. Se concentrássemos aí... As pesquisas mostram que metade da população do Rio de Janeiro acha que pode ser morta. Metade. Cinquenta por cento da população do Rio de Janeiro acham que podem ser assassinados. Quer dizer, nós chegamos a uma situação que deve ser muito próxima, muito semelhante à situação de guerra — guerra urbana, aberta, declarada.

De outro lado, Ministro, eu fui ver a execução — vou até lhe dar aqui o quadro — dos investimentos de segurança pública por unidade orçamentária. Peguei mais especificamente 2008 e 2009. Investimento: dotação autorizada em 2008, 1 bilhão e 600; pagos, 810 milhões — 51%.

Em 2009, a dotação autorizada era de 847 milhões de reais. Os dados são do dia 22 de outubro, do SIAFI. Pagos: 99 milhões, 100 milhões — 11.8%. Quer dizer, caiu fortemente a execução, no que se refere a investimentos. E como não se pode prescindir de investimentos robustos, substantivos para viabilizar uma política que transforme o Rio de Janeiro num caso de referência pelo sucesso, eu também gostaria que, posteriormente, o Ministro — vou entregar isso a ele — se posicionasse quanto a essa informação.



Eu vejo que estou aqui cercado de delegados — Polícia Federal, Polícia Civil. Quando se fala em Polícia Civil... Eu fui descobrindo... Aqui na Câmara, vamos descobrindo quem é médico, quando passamos mal. A maior corporação nossa é de médicos — uns 20%. Mas delegados, coronéis, militares... Deve haver outro tanto, não é?

O fato é que eu vejo que existem ideias em cada uma das falas. Agora, é preciso transformar isso numa... Sei que o Ministro gosta dessas coisas. Como vamos fazer? Eu não estou querendo — longe de mim — partidarizar essa questão, porque acho que essa situação aqui não resolvida... Daqui a um ano, se estivermos neste plenário de novo, tratando desse assunto, no patamar que ele está hoje, não vai haver Olimpíadas no Rio de Janeiro, porque aí tira a segurança. Passa mais um ano, passa mais outro ano, e nós não estamos sendo capazes de fazer aquilo que o Ministro sugeriu. Não sei se será viável fazer o que se fez nos Jogos Pan-Americanos. Ocupam a cidade durante 15 dias e tal, asseguram... garantem os jogos, garantem as Olimpíadas. Olimpíada é algo bem mais expressivo.

Então, o que me motivou foi exatamente esta questão muito singela e objetiva: como é que se cria uma possibilidade de interromper esse ciclo que vive o Rio de Janeiro e que, se não for interrompido, vai se espriar, a meu ver, pelo Brasil? Quais são as ações que o Governo pode se comprometer a realizar, independentemente de vontade de Governos Municipais, Estaduais, mas como vontade nacional do Brasil de realmente contrapor a esse crime organizado uma ação vital, vigorosa, que possa realmente circunscrevê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, não ia haver a manifestação por blocos? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro, senhores assessores do Ministério da Justiça, Dr. Tuma, Dr. Troncon (o Dr. Tuma é delegado de polícia do Estado de São Paulo): o que vem em primeiro lugar à baila, quando tratamos do tema “violência urbana” é a questão do modelo. E aí os debates vão longe. Eu fico preocupado sempre... Repito isto sempre: eu fico preocupado ao verificar que, às vezes, as pessoas trazem diagnósticos preconcebidos, apontando o modelo como responsável pela violência.



Eu não me canso de dizer, não me canso de repetir: o modelo policial atua nos efeitos, não atua nas causas. São as causas o problema verdadeiro da criminalidade. E a causa essencial daquela violência nos morros do Rio de Janeiro é muito simples: a juventude pobre da periferia das grandes cidades está sendo cooptada em massa pelo crime organizado. Perdi a conta das vezes em que eu fiz esse pronunciamento. Está sendo cooptada em massa pelo crime organizado para todas as funções do tráfico de entorpecentes e para servir de carne de canhão, de carne de canhão — morrer entre os 14 e os 24 anos de idade chacinada nos embates do próprio crime; e às vezes morrer até nos confrontos com a força policial, o que é uma coisa também altamente indesejável para o País.

O modelo não é o modelo de exclusividade estadual — permitam-me corrigir isso. O art. 144 da Constituição da República é muito claro. Se ele fosse essencialmente estadual, nós não teríamos Polícia Federal, nós não teríamos Polícia Rodoviária Federal, nós não teríamos Polícia Ferroviária Federal, embora essa ainda seja uma organização de menor expressão na organização policial do País. E nós não teríamos também o modelo que prevê o emprego das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem, quando convocada por qualquer dos Poderes. E não teríamos, como temos hoje, legislação que dá poder de polícia às Forças Armadas, especialmente para o controle das fronteiras ou tráfico de armas, ou tráfico de entorpecentes. Essa legislação existe.

Então, na verdade, o modelo é bem mais complexo do que isso. Não existe exclusividade do Estado. E também, se houver falhas, não haverá falhas do Estado. O que me parece é que nós temos de avançar nisso e tratar de pensar em ciclo completo de polícia para as polícias estaduais e tratar de homogeneizar, sim, uniformizar, sim, os padrões de seleção, de formação, de controle e de desempenho, de burilamento constante e permanente dos quadros policiais. Aí nós vamos obter um padrão mais equilibrado entre todas as forças policiais, as quais, me permitam dizer... Eu apresento o modelo do Estado de São Paulo como exemplo para o País, respeitando perfeitamente a qualidade das demais instituições e o esforço feito em todas as partes do País.

Então, não vamos acusar o modelo, mas vamos trabalhar, tratar de ver as raízes. Eu penso que hoje é muito mais importante, digamos, na mão esquerda da



prevenção, que é a prevenção primária, oferecer oportunidades à juventude, estabelecer um modo de resgatar os valores destruídos deliberadamente durante décadas no espírito da juventude para evitar que os jovens caiam no canto da sereia do dinheiro fácil do tráfico de entorpecentes, caiam nas garras do crime organizado. E por outro lado, na mão direita, vamos dizer assim, talvez eu faça isso até de modo deliberado, não podemos deixar de lado a repressão, não podemos deixar de lado a atuação da polícia e de todo o Estado organizado, porque não basta a polícia. Existe todo um sistema de persecução criminal que envolve o Ministério Público, o Poder Judiciário e envolve também o sistema prisional. E nesse ponto o sistema prisional...

Está muito correto o Deputado Paulo Pimenta quando aponta que não adianta manter masmorras, depósitos de presos, fazendo de conta que nós estamos trabalhando pela ressocialização.

Eu não falo que a pena visa só à ressocialização. Muito pelo contrário. Ela tem vários aspectos. Um deles é a prevenção da reincidência, o outro é a ressocialização. Mas tem um que é o aspecto punitivo também, e esse não deve ser abandonado. Ele é parte do componente da pena. Mas não adianta querer fazer isso em masmorra, não adianta querer fazer isso em depósitos de presos, não adianta fazer isso em depósitos de homens enjaulados como se fossem animais — e animais que não têm lá muito prestígio. Realmente, nós não vamos conseguir efeito nenhum com relação a isso. Agora, temos de pôr a mão na ferida. Temos de pôr a mão na ferida.

Exmo. Sr. Ministro da Justiça, eu fiquei arrepiado ao ouvir da Pasta de V.Exa., há 2 dias, por declaração do ilustre Sr. Pedro Abramovay — e me parece que foi confirmado por V.Exa. — que o Governo Federal irá apresentar uma proposta de lei, encaminhada a esta Casa de leis, para estabelecer penas alternativas para os chamados pequenos traficantes, microtraficantes.

Senhoras e senhores, Sr. Ministro, não há distinção notável, não há distinção relevante entre pequeno e grande traficante. Na verdade, o pequeno traficante, em relação ao grande, é o varejista. Se o grande é o atacadista da morte, o pequeno, o micro, seja lá o que for, é o varejista da morte, é o varejista da destruição de famílias, é o varejista da destruição da juventude, é o varejista da destruição do futuro do País.



Há um debate muito forte, que até é mais intenso do que este, a respeito da responsabilidade pelo que acontece em relação aos efeitos do crime organizado não do microtraficante, mas do usuário. O usuário que, hedonisticamente, se mantém interessado na existência desse grande mercado, porque ele quer viver um modo de vida imposto aos outros absolutamente isento de responsabilidade e insensível à matança e à destruição, representadas pelo tráfico de entorpecentes.

Eu tenho pregado isso nesta Casa, em tão pouco tempo que estou aqui. E no serviço ativo da Polícia Militar preguei durante muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Um minuto.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Pois não.

E hoje, agora há pouco, vem a revista *Veja* — aliás, para minha felicidade — produzir uma matéria que diz exatamente isto: *Quem cheira mata*. E mata mesmo! Quem cheira tem sangue dos bravos policiais, que nos defendem a todos nós, nas mãos.

Nós precisamos, portanto, passar a mão na cabeça do usuário hedonista, tratando, evidentemente, aquele que busca ajuda no Estado, na sociedade, na família, mas não passando a cabeça.

Então, como, agora, falar de penas alternativas para microtraficantes? Como falar de penas alternativas para quem destrói a juventude, para os que saem em liberdade condicional, para os que saem no regime semiaberto para matar e violentar o menino Cairton, para matar e violentar a moça Carla? Isso não pode ser! Se continuarmos assim, nada do que estamos discutindo aqui dará resultado; e, sim, virá à baila novamente o que disse o Deputado Paulo Pimenta, no sentido de que, muitas vezes, o que é produzido em termos de legislação parece não ter efeito, porque os nossos Tribunais Superiores derrubam todas as medidas de força que são impostas pela legislação.

Então, nós temos de abandonar essa tentativa de resolver o problema carcerário por métodos de penas alternativas.

Agora, para acabar mesmo, Sr. Presidente.

E digo mais, Exmo. Sr. Ministro da Justiça, que essa declaração da Pasta de V.Exa. veio num mau momento, porque veio logo depois da derrubada do helicóptero da Polícia Militar — e aqui eu faço meu preito ao Soldado Canavarro, ao



Soldado Standler e ao Cabo Patrício, tombados no cumprimento do dever —, como se o Estado brasileiro, Sr. Ministro, passasse à sociedade a seguinte mensagem: vamos amenizar as coisas, vamos flexibilizar as coisas para ver se aquela gente nos dá uma folga, a fim de que nós tenhamos uma Copa do Mundo tranquila e uma Olimpíada tranquila. Isso não pode ser! Isso é inaceitável!

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Quero dizer, em primeiro lugar, que eu estou muito orgulhoso de estar participando deste debate, porque raramente nós encontramos um ambiente tão interessado, tão vigoroso para discutir assuntos dessa relevância e de caráter universal, que tem a questão da segurança pública para uma jovem sociedade democrática como a nossa. Aliás, é tão universal que não nem podemos atribuir ao nosso País essa primazia da importância da discussão da segurança pública, porque hoje a questão da segurança é uma questão que envolve não somente os países em desenvolvimento intermediário, como o nosso, mas os países altamente desenvolvidos e com problemas semelhantes aos nossos, em função do fato de que, se é verdade que se acelerou uma globalização virtuosa, do ponto de vista das identidades culturais socializadas, das conquistas tecnológicas transmitidas, também se socializaram de maneira profunda o delito, os hábitos negativos, as perversões e a comunicação desses hábitos e dessas perversões.

Na Inglaterra, por exemplo, nós nos lembramos de que, logo depois que Londres foi indicada como uma cidade olímpica, nós tivemos o atentado terrorista. Aquele que dizimou a vida de dezenas de pessoas, mostrando que essa questão da segurança pública é uma questão que tem diversos moldes de integração social e que as suas perversões não são hoje específicas de países como o nosso, embora a sensação de segurança e a insegurança da sociedade, dos indivíduos, dos grupos sociais seja muito maior em países como o nosso pela natureza dos delitos que ocorrem aqui no País.

O tráfico de armas, por exemplo... Todo mundo sabe que nós temos 2 fontes fundamentais na produção de armas. Essas fontes... Uma é recente: a queda do império soviético, onde boa parte dos seus gestores públicos e militares passaram a



vender armamentos e contrabandeá-los para todo o mundo. Outra fonte é a maior produção de armas em termos quantitativos mundiais, que são os Estados Unidos. Sabemos que têm uma exportação legal e uma exportação subterrânea, que diz respeito, inclusive, a máfias organizadas dentro do Estado americano. E o próprio Estado americano não consegue combatê-las de forma adequada.

Só para fazer uma remissão nessa questão do tráfico de armas e tráfico de drogas, no Brasil, isso não começou agora com o Governo Lula, diga-se de passagem. Começou lá com a Constituição de 1988. De 10 anos para cá, nós estamos fazendo uma conversão virtuosa no combate ao tráfico de drogas e ao tráfico de armas. Hoje há um nível de colaboração, por exemplo, com os países limítrofes — Peru, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Colômbia —, que foi preparada por sucessivos Governos e que agora teve iniciativas fortes do Ministério da Justiça, inclusive com a multiplicação das adidâncias.

Para dar um exemplo — eu acho que sei de um exemplo bastante significativo —, o DEA dirigia a política de combate ao narcotráfico na Bolívia. Houve uma crise — não vou entrar no seu mérito — do Governo Evo Morales com o DEA. O DEA se afastou, e a nossa Polícia Federal foi convidada a ocupar não o lugar do DEA, mas um lugar de colaboração privilegiado com o Governo boliviano e com as autoridades policiais bolivianas. Oito meses depois que começamos essa colaboração, nós, em conjunto com a polícia boliviana, extinguímos uma fábrica de cocaína, que funcionava há 9 anos, 10 anos, aproximadamente.

Por que essa fábrica não era destruída? Não era destruída porque, certamente, a política que estava sendo desenvolvida a partir dali era a busca da sequência do trânsito do tráfico dessa fábrica em direção aos países que são alvo da remessa de drogas, como são os Estados Unidos, por exemplo, que são um dos grandes consumidores da droga produzida na América latina.

Então, pode-se concluir — acho que sem nenhum tipo de má-fé — que aquela fábrica não era procurada porque o que interessava, na verdade, para a política vigente, naquela oportunidade, era o trânsito que a droga fazia em direção aos mercados europeus, ao mercado latino-americano e, quem sabe, ao mercado americano. Isso eu estou mencionando apenas para indicar a complexidade dessa situação.



Neste momento, nós estamos instituindo uma polícia aérea, através de um convênio da nossa Secretaria Nacional de Segurança Pública com a Polícia Federal, e vamos integrá-la às polícias estaduais; estamos instituindo o projeto VANT — Veículo Aéreo não Tripulado, cujo momento experimental será este ano, que poderá vigiar esses 15 mil quilômetros de fronteira, aproximadamente, inclusive a Amazônia, com um custo de 10% inferior ao que nós pagamos para o satélite. O projeto será implantado gradativamente, em torno de 4 a 6 anos, dependendo da disponibilidade dos recursos. Nós estamos deslocando para as fronteiras do País 80% dos formados, na minha gestão, na Polícia Federal.

Até tenho preocupação, inclusive, com os policiais que estão passando por essa experiência, estão sendo deslocados para a fronteira e para a Amazônia e lá permanecerão por, no mínimo, 5 anos, para depois poderem pleitear algum tipo de transferência. Portanto, reforçando uma política que, na verdade, é uma política que diz respeito à contenção de um crime que é global, que é transnacional e que necessita, para complementar-se, que sejam atacadas as estruturas receptivas. São as estruturas receptivas que provocam a existência do mercado. As estruturas receptivas são as quadrilhas instituídas e donas de territórios em determinadas regiões, por exemplo, do Rio de Janeiro, que devem ser atacadas. Porque se nós apenas criarmos a ilusão de que nós vamos cercar as favelas e não permitir o trânsito de drogas para lá, nós estaremos passando uma mercadoria absolutamente impossível de ser entregue para a população.

Esse cerco tem que ser feito, esse cerco tem que ser permanente, esse trabalho policial estadual é um trabalho fundamental. O ataque à ocupação e à permanência, Deputado Itagiba — não é só ocupação, é a permanência dos serviços públicos e da força pública lá, eu sei que o senhor compartilha disso, quantas vezes já conversamos sobre isso —, são fundamentais. Agora, se nós não tivermos uma visão global desse ataque que nós devemos fazer ao tráfico de armas e ao tráfico de drogas, na verdade nós estaremos tomando medidas apenas paliativas. E temos feito isso. Isso não é, vamos dizer assim, nenhuma política que despreza a ação das forças policiais estaduais ou pretenda substituí-las. A Polícia Rodoviária Federal tem apreendido armas num volume quase igual ao da Polícia Federal. Está cumprindo uma ação extraordinária! Anteontem, nós apreendemos, na



Polícia Rodoviária Federal, uma metralhadora ponto 50. Que vem de onde? Que é produzida onde? Essa eu não sei se é belga, se é americana, mas estava entrando no território nacional. As armas que ficam sob poder dos traficantes têm de ser objeto de um ataque das forças legais, articuladas através de uma relação que envolva a Polícia Judicial, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Estadual. E aqui nós temos um problema grave, que nós temos que discutir aqui também, principalmente onde há policiais honrados presentes. Nós temos uma taxa de corrupção e uma taxa de cumplicidade nas polícias estaduais que, inclusive, alimenta esse poder paralelo no morros. E por que tem esse sistema que pega um percentual de policiais e os envolve com o crime organizado?

Eu não estou atribuindo a nenhum governo atual e a nenhum governo anterior imediato. Eu acho que é uma falência desse paradigma que foi escolhido, que muitas vezes não distingue o bandido do policial e que permite que o policial se comporte perante o crime organizado e perante a comunidade como se fosse um deles. Automaticamente, a polícia perde autoridade, e ganham autoridade aqueles que controlam o território.

Então, a visão que nós estamos defendendo no PRONASCI não é uma visão romântica da segurança pública que dispensa repressão. Pelo contrário, quer potencializar a repressão eficaz e combinar a repressão eficaz com a ocupação do território. Eu não me reporte especificamente à questão das unidades pacificadoras querendo desprezar o trabalho anterior. Eu sei que havia esse trabalho anterior realizado no Rio de Janeiro. Eu estava salientando que a questão é combinar essas unidades com políticas preventivas que articulem a prefeitura, agora, como sujeito ativo da construção de política de segurança pública na área da prevenção. E que envolvam essa unificação de ações do Estado, da União e do município sem qualquer barreira de constrangimento que possa desarticular essas necessidades. Por isso, eu digo: recursos vinculados — passo a mencionar as perguntas que foram aqui levantados pelo nosso querido Presidente Alexandre —, eu sou favorável a recursos vinculados para a segurança pública.

Não estou falando aqui pelo meu Governo, porque não temos uma discussão acumulada sobre isso. Eu acho que deveríamos ter recursos vinculados com a segurança pública, através de fundos específicos que permitam um controle não



somente das autoridades do Tribunal de Contas, mas um controle social do uso desses fundos, uma transparência no uso desses fundos. Porque, se nós temos a compreensão de que a questão da segurança pública é uma questão já universal e que, aqui no Brasil, é uma questão que diz respeito ao nosso projeto democrático, nós temos que garantir recursos para que isso possa ser contra-arrestado da maneira eficaz.

Neste momento, por exemplo, nós estamos discutindo... Não quero entrar nas polêmicas internas do Rio de Janeiro. Sei que cada líder político lá tem as suas boas razões e sei que a maioria deles são pessoas sérias e honradas que estão trabalhando pelo bem público no Rio de Janeiro, tanto dos Governos anteriores, como do Governo atual. E acho que essa polêmica, inclusive, é saudável, porque, se não tem uma oposição consciente e arrojada para fazer o trabalho crítico, isso aí realmente gera acomodação e pode gerar até, às vezes, complacência. Mas eu acho que nós temos uma questão do Rio de Janeiro concreta que vai ser levada aos senhores brevemente.

Eu estou defendendo que nós temos que dispor, já no orçamento do ano que vem. E, para dispor no orçamento para o ano que vem, temos que fazer um trabalho junto à Comissão de Orçamento e ao Relator do Orçamento, que outorgue recursos suficientes, para que, nos próximos 6 anos, no Rio de Janeiro, nós possamos fazer uma transição para um outro modelo. Isso significa remuneração melhor para os policiais, para que possam ser atraídos por concursos que lhes dêem perspectivas mínimas de vida digna. Recentemente, o Rio de Janeiro fez um concurso, em que se exige curso de nível médio. Teve em torno de 22 mil inscritos, e parece que foram aproveitados 800. Por quê? Porque as pessoas que foram procurar esse concurso eram pessoas com qualificação péssima, atraídas por um salário, se não me equivoco, um salário em torno de mil reais na Polícia Militar. É impossível que se arrebanhem pessoas que queiram fazer uma carreira, que queiram ter uma perspectiva de vida com um salário dessa natureza.

Esta Casa eu acho que brevemente, eu acho que proximamente vai ter que discutir essa questão em relação ao Orçamento do ano que vem. E a gestão desses recursos deve ser uma gestão compartilhada e uma gestão que tenha, inclusive, um comitê público, um comitê público não estatal de pessoas que observem a aplicação



desses recursos de maneira adequada, como ocorre no Sistema Único de Saúde, para que esses recursos sejam aplicados diretamente em programas de segurança pública que mereçam efetivamente esse nome.

Em relação ao diálogo entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e outras instâncias para questões de segurança, eu acho que, sim, esse diálogo deve ser aprofundado. Agora, eu advirto que existem divergências no interior do Ministério Público e no interior do Poder Judiciário tão fortes e tão contundentes que provavelmente tenhamos aqui uma comissão deste porte e desta dignidade, porque essas questões não são questões neutras, elas são aparentemente neutras.

Veja a afirmação do nosso Deputado Itagiba: entrar, desarmar, ocupar e ficar. Esse ficar é uma diferença gritante entre entrar, ocupar e desarmar. O ficar exige — e essa é a posição do Deputado e a minha também —, exige um conjunto de políticas concretas no território, para que a ocupação não seja um concurso entre grupos que não tenham respeitabilidade na comunidade e que se reportem à comunidade exclusivamente por atos de força. E isso é que é a natureza do Estado. O Estado tem que ter legitimidade, e as ações do Estado também.

Então, essa permanência no território com políticas concretas, que sejam políticas preventivas e eficazes, é que vai dar respeitabilidade para essa capacidade repressiva que deve, sim, ser aumentada contra esses grupos que ocupam esse território. Aliás, essa é a única linguagem que eles reconhecem como uma linguagem eficaz. Já é muito diferente daquilo que o Deputado Paes está chamando de pequeno traficante, que eu não identifico como pequeno traficante. Essa expressão é uma expressão equivocada. Eu identifico, na verdade, jovens que são vítimas de um controle político e social do grupo de traficantes que controlam o território e que instrumentalizam esses jovens para estabelecer essa relação de mercado.

Normalmente, quem vai vender cocaína para os grupos sociais que consomem a cocaína por lazer são jovens pobres, que recebem obviamente mais do que receberiam sendo caixeiro de uma loja, mas que são instrumentalizados até o ponto de serem recrutados para o centro do crime organizado. Então, eu acho, sim, que esses jovens devem ter um tratamento diferenciado, assim como acho... E esse foi o sentido da minha entrevista em que mencionei essa questão, porque eu acho



que o regime de progressão em relação aos traficantes de armas, aos traficantes de drogas é um regime de progressão excessivamente liberal, porque permite que se apliquem a ele determinadas liberalidades no cumprimento da pena que mais rapidamente o repõem para organizar novamente o seu ciclo ou o seu círculo delituoso. É isso que eu defendo. Esse é o sentido que está no estudo que estamos fazendo e que será submetido à discussão da sociedade, a esta Comissão proximamente.

O Deputado José Aníbal questiona sobre a interrupção desse ciclo, como ela se dará. Eu acho que é precisamente o que nós estamos produzindo nesse momento. Eu tenho feito um apelo — e acho que esse apelo está surtindo efeito — para que essa discussão não seja ideologizada nem partidarizada, porque nós estamos exatamente no momento de construir as possibilidades para a mudança do paradigma. E eu dou sempre como exemplo o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é o território exemplo não somente porque ele é mais grave, porque nós temos situações de gravidade na segurança pública iguais em outros Estados, mas é porque lá é um foco de representação político-institucional do País, pelo tipo de cidade que é, por ter sido a Capital da República e porque é um espelho, inclusive, do Brasil no concerto mundial. E o Rio de Janeiro, como tem essa data... E essa data eu considero uma conquista, inclusive para que obrigue à nossa unidade, para que enseje a nossa unidade, para que crie relações entre nós capazes de nós acharmos os pontos focais comuns e nos permita, inclusive, sair dessa dicotomia, porque é uma dicotomia reacionária, é uma dicotomia conservadora uma parte da academia sustentar que política de segurança é o mesmo que políticas sociais. Não é. Políticas sociais são uma coisa, política de segurança pública é outra.

O “cliente” — entre aspas — da política de segurança pública é aquele grupo social reduzido, mínimo, que já está no percurso da criminalidade, ou aquela visão que é a visão que aposta que as questões de segurança pública vão ser resolvidas somente com a repressão policial. Não vão. No mínimo, vai permanecer a situação como está. No mínimo, vai haver um empate estratégico. E como, na relação meramente repressiva, o Estado não aumenta o seu grau de legitimidade, a consequência é que a deformidade criminosa entra cada vez mais forte para dentro da estrutura policial, com todas as consequências nefastas que isso determina.



Então, nós temos que acabar com essa dicotomia. Nós temos que ter uma política de segurança repressiva, inteligente, incidente sobre o centro de organização delituosa, não somente em relação a isso, mas em relação à corrupção, em relação à lavagem de dinheiro, em relação ao contrabando, e ter a capacidade de instituir políticas no território, principalmente nesses territórios que têm mais instabilidade, capazes de oferecer saídas, oferecer possibilidade de resgate, de resgatar a vida das pessoas. Sempre vai haver inclusive jovens que não querem ser resgatados e vão ter as consequências da lei e dos enfrentamentos que ele escolheu, porque quem não tem visão romântica da criminalidade, como eu não tenho, os senhores não têm, sabe que também ser criminoso pode ser uma opção de vida, pode ser uma opção do indivíduo. Agora, o que não se pode é compreender que, por exemplo, numa região onde há 100 jovens delinquentes, que todos eles querem ter o caminho da delinquência.

Eu entendo que a maior parte deles quer ter uma saída, se a saída lhes é oferecida com acolhimento, com convencimento e com políticas que possam, portanto, resgatar a sua dignidade. As experiências... Vejam, por exemplo, Medellín. Recebi um dado hoje de Medellín. Medellín estava sendo apresentada mundialmente como um exemplo de combate à criminalidade e de particularmente redução dos homicídios. Do ano passado para cá, aumentaram em 100% os homicídios em Medellín. Por que aumentaram? Eu tenho ideia por quê. Não tenho certeza porque agora há um grupo de estudiosos desenvolvendo uma avaliação lá do que foi que houve. É que as políticas preventivas que foram desenvolvidas e que foram direcionadas especificamente para esses jovens delinquentes, inclusive jovens que vieram das FARC, jovens que vieram dos paramilitares e que foram alocados naquela região, não foram acompanhadas de políticas globais no terreno, na região que reduzissem as desigualdades sociais, e, portanto, as políticas preventivas de segurança não tiveram a contrapartida na redução das diferenças sociais, portanto, criando possibilidades potenciais para o retorno da violência.

Eu acho que nós temos uma oportunidade extraordinária. E essa oportunidade extraordinária foi construída por essa geração aqui. Eu acho que tudo o que ocorreu a partir da Constituição de 1988 no Brasil, inclusive as falhas que ocorreram, as trepidações que ocorreram, tem uma síntese positiva, que é a



convicção aqui no País de que a questão democrática se sobrepõe às demais e que é por dentro do processo democrático que nós temos condições de construir uma sociedade melhor. E eu acho que é nesse caminho que nós temos que nos articular. E nada como a questão da segurança pública para ter um grau de universalidade, de desideologização e de caráter social, em última análise, num país como o Brasil, que é um país com profundas desigualdades e com um sistema de segurança e políticas de segurança que estão defasadas no tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Dando continuidade, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Exmo. Sr. Presidente; Relator; Ministro Tarso Genro; Secretário Tuma Júnior; Srs. Deputados e Deputadas, eu quero inicialmente cumprimentar o Ministro Tarso Genro pela exposição inicial acerca do PRONASCI, bem como a intervenção depois, em resposta a todos os questionamentos. Eu, mais uma vez, assinalo a grande honra que tive em integrar a equipe de V.Exa., Ministro, e a certeza de que, no comando do Ministério da Justiça do Governo do Presidente Lula e no comando de toda essa estrutura da responsabilidade da segurança pública a nível federal, V.Exa. tem feito tudo no sentido de que esse quadro seja modificado.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - V.Exa. é uma das pessoas — eu quero dizer publicamente — que estiveram na origem da concepção, da organização e da produção desse programa que foi acolhido por unanimidade nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Então, eu acho que é inquestionável que esse programa é o programa que vai levar à mudança desse quadro. E, quando o Líder do PSDB apresenta aqui números que não foram executados, eu tenho certeza de que isso não é da responsabilidade de V.Exa. São as dificuldades que envolvem a liberação de quaisquer recursos a nível federal. E posso também afirmar o grande empenho que V.Exa. tem em tudo isso. E é importante também registrar que um dos aspectos que constavam do programa de segurança pública para o primeiro Governo do Presidente Lula, que era a valorização da Polícia Federal, se concretizou de uma forma inquestionável. Hoje, é polícia de excelência em nosso País, reconhecida por todos.



A sociedade aplaude as suas ações, que são ações feitas de forma apartidária, suprapartidária. Eu posso testemunhar que, quando há uma determinada operação no enfrentamento da criminalidade ou da corrupção em qualquer Estado, isso é feito independentemente de quem seja o partido, de quem seja o governante e apenas é comunicado depois, além da modernização e quase um aumento em 100% do quadro — havia cerca de 8 mil, e hoje temos 14 mil homens na Polícia Federal. É outro aspecto muito positivo. E, evidentemente, as outras questões que envolvem particularmente o Estado do Rio de Janeiro, que motivaram o convite formulado a V.Exa., são complexas. É evidente. Não há dúvidas.

O quadro é extremamente grave na nossa cidade, no nosso Estado. Então, tenho sustentado a posição de que temos de deixar de lado disputas políticas, que presenciamos ainda neste momento, nesta audiência, disputa sobre se foi aquele ou esse, que é melhor ou pior. Não é isso. O quadro hoje é de extrema gravidade. A que ponto isso chegou e por que motivo? Tenho minha posição, outros podem divergir. Digo que foram 24 anos de equívocos, a partir de 1983. Presenciei determinações de que ações policiais não poderiam ser feitas em determinadas áreas. Eram uma determinação do Governo do Estado. Eu assisti a isso, ninguém me disse. Não é possível mais que a Polícia Militar realize ações policiais sem autorização. Então, elas não foram mais realizadas. Tínhamos sim. Tivemos na cúpula da Polícia Civil pessoas notoriamente vinculadas ao crime organizado, em vários governos. Isso é notório, ninguém pode negar. Foram chefes da Polícia Civil em pelo menos 3 governos que eram da organização criminosa.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Em muitos Estados do País, não é?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Claro! Mas é a questão do Rio de Janeiro que é colocada a todo momento, mas isso está sendo alterado. Não temos que ficar questionando o que houve. Está sendo alterado. Quer dizer, é aquilo que digo: a cúpula é importante. Hoje, a cúpula da Polícia do Estado de Janeiro é uma cúpula de homens honrados e competentes. Se os resultados não estão chegando àquilo que se espera... Esta é uma realidade: ninguém pode deixar de dizer que José Mariano Beltrame, os chefes da Polícia Civil, Gilberto Ribeiro, Allan Turnowski e Roberto Sá, são pessoas que estão agindo corretamente. E o



entrosamento entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro é pleno, o que também contribuirá para a alteração desse quadro. Então, não tenho dúvidas de que as dificuldades são intensas. E tem um dado, que é um dado alarmante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Presidente, V.Exa. permite que eu prossiga?

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O senhor pode prosseguir. Eu posso falar com quem estiver aqui ao meu lado. Não estou falando ao microfone.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Mas V.Exa. está interferindo na minha...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Estou aqui numa intervenção tranquila. Procuro manter o clima de cordialidade, aqui, mas, às vezes é muito difícil, é muito difícil. Estou fazendo a minha... A percepção que tenho é que hoje a cúpula é integrada por pessoas corretas. Se amanhã ou depois houver desvio de conduta vou apontar, mas há fatos passados reais: condenações criminais, afastamentos, perda de mandato e outros casos que são notórios, de público. Então, não tenho dúvida de que estamos no caminho certo.

Existem dados alarmantes que revelam... Quer dizer, aí a falência não é... É a falência das instituições policiais, de toda a estrutura. Em números absolutos, mais de 6 mil homicídios por ano no Estado do Rio de Janeiro é uma coisa absolutamente inaceitável. E o mais grave disso é o índice de apuração quando se chega à autoria. Isso vai dificultar qualquer política de segurança pública. Então, são essas observações.

Volto a insistir em que não devemos entrar no confronto político. Devemos estar todos unidos, buscando alternativas para que o Estado do Rio de Janeiro tenha esse quadro alterado, porque, como muito bem disse o Ministro, é a cidade de todos os brasileiros evidentemente. Ela é aquilo.. O que ocorre no Rio de Janeiro tem reflexo em todo o País. Daí a importância de que possamos alterar isso a médio e a longo prazo, pelo menos até os Jogos Olímpicos. O fato de o Rio de Janeiro ter sido escolhido para a sede dos Jogos Olímpicos será um benefício, desde que



ocorram 2 condições: primeiro, que até lá tenhamos efetivamente aplicação de medidas de segurança que deem tranquilidade — vou encerrar, Presidente — à sociedade fluminense, à sociedade do Rio de Janeiro. É importante. E não apenas naqueles 15 dias da realização dos jogos, como aconteceu nos Pan-Americanos. Depois, o quadro agravou-se novamente. Em segundo lugar, que também os recursos — que serão vultosos, não tenho dúvida — não sirvam para enriquecer alguns, e, no final, não tenhamos vantagens nenhuma.

Eram essas as observações que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Na sequência, o Deputado Jorginho Maluly.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Presidente Alexandre Silveira; nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta; Sr. Ministro Tarso Genro, que honra a CPI com sua participação; Dr. Tuma, leve um abraço ao seu pai, Sr. Senador Romeu Tuma, cuja família é dedicada ao combate à criminalidade há décadas não só em São Paulo, como em todo o Brasil; Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, Ministro, antes de fazer minhas colocações, quero deixar claro que, embora não tenha a honra de privar da intimidade de V.Exa., acompanho a carreira de V.Exa., embora discorde de ações de governo, e reputo V.Exa. como homem sério.

Não sou delegado, não sou jurista, não sou policial federal. Sou um brasileiro, engenheiro civil, homem público, um pai, um cristão, um ex-Prefeito, que, guardadas as devidas proporções obviamente, viveu em um município que tem 3 presídios, inclusive um deles de segurança máxima. E, na região do interior de São Paulo, há mais de 10 presídios no entorno do meu município, onde há bandidos de altíssima periculosidade. Fui Prefeito em Mirandópolis, interior de São Paulo. A região entre Presidente Prudente, Mirandópolis e Pacaembu tem mais de 20 presídios, inclusive de segurança máxima, alguns até exemplares.

Conhecendo, como disse, e acompanhando de longe o perfil de V.Exa., reiterando mais uma vez que o considero homem sério, de posições corajosas e de personalidade forte, fico imaginando quando assiste à televisão ou lê no jornal ou algum de seus assessores lhe traz, pela Internet, fatos como esse que temos visto no cotidiano não só do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil, porque o Rio de Janeiro, infelizmente, se supera. Não se pode dizer que seja um problema do Rio de



Janeiro, o problema é nacional. Não sei se a mídia enfoca a questão do Rio, mas não pode se dizer que isso é um problema localizado. Seria ingenuidade e até desconsideração com uma das cidades mais lindas e mais aconchegantes do mundo, a cidade do Rio de Janeiro.

Não pude ver a apresentação do V.Exa., peço-lhe desculpas, mas gostaria tê-la. Se a Presidência pudesse copiar para termos conosco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Vai ser disponibilizada cópia para todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Esta Casa é cheia de compromissos. V.Exa. sabe como funciona, mas procurei prestar atenção em todas as palavras desde que cheguei aqui, linha por linha do que V.Exa. colocou. Primeiro, Ministro — isso é uma questão pessoal —, quando cheguei aqui — aliás, vi uma foto de V.Exa., ontem, lá no MEC — foquei minha atuação na área da educação, porque entendo que é o único caminho de transformarmos isso. Quando falo “educação”, uma palavra ampla, não estou dizendo apenas as salas de aula, apenas as matérias básicas do currículo, da grade escolar; estou dizendo a formação de uma população, de um povo, desde seus costumes, seus hábitos, daquilo que se acha correto, daquilo que se acha certo.

Entendo que todas as ações que estamos fazendo aqui têm de estar atreladas a projetos lá na base. Por exemplo, gosto muito de desfile cívico, participei de dois esta semana em pequenos municípios. Fico feliz quando vejo projetos com crianças de 4 anos, de 5 anos, de 6 anos de baixa renda. Ainda falando em Olimpíadas, temos de preparar uma geração para 2016 para poder honrar a Bandeira brasileira, poder ouvir o Hino do Brasil muitas nos pódios dos Jogos Olímpicos. Acho que o foco é a criança para daqui a 10 anos, 15 anos. É um trabalho de uma geração, Ministro. Não é trabalho de um Governo. Vai de uma geração ou até mais para se chegar aonde queremos chegar. V.Exa. disse muito bem. A violência, o crime hoje é um negócio, um negócio milionário, que envolve bilhões. O PIB do crime no mundo hoje é maior do que de muitos países. Considero que os Governos têm de se esforçar muito para enfrentar isso, porque a concorrência é desleal. Eles têm uma estrutura, têm um poder de fogo, têm dinheiro. Inegavelmente, são muito maiores do que as esferas de Governo.



Então, falei novamente da questão, dessa minha preocupação, pois estou aqui e fiz parte da CPI do Sistema Carcerário, Viajamos o Brasil inteiro. Vimos, com tristeza, que ontem na Fundação Casa, em São Paulo, houve uma rebelião. Aí, acho, acho não, tenho certeza de que a Polícia Federal e a Receita Federal têm que fazer uma atuação forte, Ministro, dentro dessas organizações criminosas, porque, de dentro dos presídios, se movimentam também muitos e muitos e muitos reais — comprando, vendendo imóveis, propriedades, postos de gasolina. E, pasmem, dizem até que estão financiando igrejas, porque dizem que, dentro da igreja, não há controle dos dízimos, do Imposto de Renda, para esquentar o dinheiro. Até a fé está sendo usada, em alguns momentos, para dar continuidade a isso.

Eu entendo, Ministro, que o Brasil não é um país. Nós somos um continente. E temos problemas continentais. O senhor disse muito bem que está criando uma patrulha aérea. Foi isso que o senhor disse — eu não sei se foi essa palavra que V.Exa. usou. Mas nós temos a Amazônia, nós temos o oceano, nós temos as fronteiras em terra e ainda tem por avião, que pode descerem qualquer fazenda do interior — estão explodindo pistas por aí —, para que a cocaína, a maconha, as armas e tudo isso mais entre no Brasil.

Eu quero dizer que V.Exa. tocou, para mim, num dos pontos cruciais dessa questão, que é o resgate e a valoração do policial de todas as esferas. Ainda no fim de semana passado, em Araçatuba, um investigador foi fuzilado, num supermercado, quando fazia um bico de segurança para completar a renda familiar. Assim, os PMs fazem também — o Coronel Paes de Lira está aqui —, às vezes, não querendo fazê-lo, mas são obrigados a fazer, porque as necessidades e as demandas familiares são muito grandes.

E pior do que o bandido, Ministro, é o bandido — que é minoria, graças a Deus, mas existe, infelizmente — de farda. E o maior problema, V.Exa. colocou bem, eu quero enfatizar isso, é quando a sociedade perde a confiança nos organismos que deveriam protegê-la ou representá-la. Isso acontece aqui conosco, como políticos, como homens públicos. No momento em que a sociedade não acredita mais nos seus políticos, nós estamos colocando em risco a democracia brasileira. E, da mesma maneira, a partir do momento em que a população olha aquele que deveria protegê-la, aquele que deveria ampará-la de uma maneira, como diria no



linguajar caipira, com o pé atrás, é preocupante, é preocupante. Ainda bem que aqui há policiais, não só aqui, como lá fora... Na delegacia da minha cidade, da minha região, graças a Deus, 100% das ocorrências chegam ao final e se identificam aqueles que estão por trás da criminalidade.

Aproveito esse gancho, eu fiz um pedido à sua Assessoria, para dizer que vou fazer um ofício a V.Exa. para que a Polícia Federal intervenha na questão do roubo de maquinários agrícolas que está crescendo muito no interior de São Paulo.

Ministro, eu entendo, voltando na questão da educação, nesta CPI mesmo, Presidente Alexandre Silveira, V.Exa. e o Relator fizeram convite a pessoas preparadíssimas. Aqui vieram, Ministro, pesquisadores que mostraram, para nós que assistimos às apresentações, que existe um diagnóstico muito bem feito de regiões mais críticas do que outras, de regiões que são mais frequentes do que outras.

E aí eu volto a uma reportagem — peço só um pouquinho da compreensão do Presidente, mais um minuto, para eu concluir, porque é delicada essa questão. A televisão mostrou ontem, se não me engano, em Fortaleza, um calçadão onde a juventude bebia à vontade. Aí é um ponto em que sempre bato na tecla, porque eu acho que essa questão do álcool deveria ser enfrentada com mais rigor, porque a nossa meninada está bebendo muito, Ministro. A bebida é comprada e vendida com muita liberdade. Bastou que as autoridades pusessem a cara — salvo engano de memória, acho que foi em Fortaleza; se não foi, mas é no Nordeste — e acabou a venda ilegal de bebida alcóolica naquele ponto, e se tornou mais tranquilo aquele local. A presença da Polícia, a presença preventiva evita muita coisa.

E eu queria frisar a questão das parcerias, Ministro, para que V.Exa. fortalecesse a parceria com os Estados e com os Municípios. Particularmente, Ministro — o senhor falou sobre a questão do Fundo —, eu defendo (há um projeto meu aqui na Casa) que o FPM dos municípios impactados por presídios e unidades prisionais — da mesma maneira que, lá atrás, inundados pelas barragens e que perderam seu território tiveram uma compensação — também devem ter uma compensação do FPM exclusivamente para projetos sociais de combate e recuperação do nosso jovem.

Há ações que têm que ser pontuais, firmes, fortes, repressivas, mas há outras que não, que têm de ser preventivas, recuperativas e constantes. Não adianta



ficarmos 6 meses, depois pararmos. É uma coisa constante que deve ser feita. E essa parceria com os Municípios e Estados é fundamental.

Quero dizer a minha posição pessoal, e peço ao senhor que também olhe com carinho essa questão dos indultos; a liberação de presos que vão praticar crimes quando estão em liberdade; a questão do monitoramento e a questão da progressão de regime.

Entendo que estamos vivendo uma guerra civil e só a venceremos, Ministro, na medida em que todos nós nos dermos as mãos, deixarmos de lado as picuinhas, as ideologias, as paixões e cada um, à sua maneira, der a sua contribuição para que o Brasil seja um país melhor para todos nós.

Obrigado pela tolerância, Presidente. Obrigado, Ministro, pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com a palavra o Deputado Rogério Lisboa, do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Sr. Presidente, eu queria aqui, se o senhor permitir — são 5 minutos, vou aqui falar muito rapidamente, 1 minuto ou, no máximo, 2 — passar o tempo restante à Deputada Marina Maggesi.

Primeiro, eu entendo que, na política de segurança pública, o principal ator é a Polícia. E, lógico, termos uma polícia sem controle é um desastre, mas sem salário é um desastre pior ainda. E eu fico feliz em saber que o Governo Federal está preocupado com isso, a partir do momento em que fará do Rio de Janeiro talvez um laboratório de como enviar recursos federais, inclusive para salário de policial.

Vemos que não dá para continuarmos com a Polícia do Distrito Federal com um patamar salarial altíssimo e as Polícias do Estado num desastre total, chegando a salários de 900 reais por soldado. Nós temos o segundo pior salário para o soldado da Polícia Militar.

Eu queria dizer também que me preocupo muito quando se fala em recursos, mas na hora da execução percebemos que não acontece. Entendo também que agirmos com a força e a permanência na comunidade, depois da força, que é fundamental — e me parece que são as idéias das UPPs no Rio de Janeiro, o que é fantástico, mas infelizmente, Sr. Presidente e Sr. Ministro, no Rio de Janeiro, apesar de termos uma boa ideia, o que está lá não vai passar, infelizmente, de peça de



publicidade para campanha eleitoral, porque não temos nem policial nem recurso para isso. É só olharmos: são 3 anos de Governo, agora fechando, e um programa da magnitude, da importância que é dada no setor da segurança pública, na política de segurança pública, nós só temos, efetivamente, em ação, sendo executado, em 5 comunidades com uma população desse “tamaninho”. Na verdade, isso vai virar, única e exclusivamente, se o Rio de Janeiro cuidar disso sozinho, de peça publicitária, porque nós temos mil comunidades.

Então, eu fico aqui. Eu fiz aqui só um, como se diz, arrazoado do que eu estava pensando, e queria passar a palavra à Deputada Marina; senão, ela não fala hoje, e ela é mais importante que eu, nesse tema, para falar nesta Comissão.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Deputado Rogerio Lisboa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - ... o que V.Exa. está fazendo agora é uma coisa que eu nunca via na política, porque aqui é uma guerra de egos maior até que a guerra partidária. A guerra de egos é muito maior. E V.Exa., me dando a palavra, provou que é realmente um Parlamentar preocupado com o que está havendo com o Rio de Janeiro, assim como o Delegado Itagiba.

Ministro Tarso Genro, V.Exa. é uma pessoa de quem eu sou extremamente fã. Eu vou falar assim, porque eu não vou ficar escolhendo palavras, se não gasta muito tempo cerebral. *(Risos.)*

Eu fui a Catanduvas ontem, falei com toda a cúpula do Comando Vermelho que está lá, vistoriei todo o presídio. Estou indo para Campo Grande amanhã, vou fazer a mesma coisa. Eu não concordo com ninguém que fale de alguma coisa que não conhece, e eu estava incorrendo nesse erro. Por isso eu fui lá, vistoriei tudo, fui muito bem recebida, tive liberdade de conversar com os presos que eu prendi, do Comando Vermelho, conversar por duas horas, com completa liberdade. Vou fazer um relatório e vou entregar a V.Exa., porque eu acho, acho não, eu acredito que V.Exa. tem muita boa vontade. Eu acompanho o seu trabalho e o de seus assessores. O Delegado Troncon esteve comigo esta semana no Rio de Janeiro numa reunião de trabalho sobre liberação das drogas. Nós fomos vozes quase que vencidas, porque nós vimos sociólogos dizendo: “*Nós somos a favor da liberação de*



qualquer droga! — não foi Dr. Troncon? —, *“desde que seja consumida dentro de casa”*. E, aí, um rapaz matou uma moça dentro de sua casa. Então, há coisa esquizofrênica mesmo, como colocou o Deputado Paes de aqui.

Eu agradeço muito ao Deputado Rogério Lisboa que me deu a palavra, e quero dizer a V.Exa. o seguinte: vou fazer um relatório, vou enviar para V.Exa. o que eu escutei deles, porque é muito importante escutar eles. Ali tinha 6 elementos que eu prendi: Elias Maluco, Marcinho VP. Houve uma catarse. Eu tive total liberdade do pessoal do sistema penitenciário. Foi maravilhoso o jeito que eu fui recebida. Foi uma catarse em que eles não pleiteiam mais, Ministro, sair de Catanduvas. Eles falam: *“Cadeia para mim é cadeia em qualquer lugar”*. Eles só não querem é ficar sendo tratados com aqueles papezinhos, sabe? Aquelos papezinhos que falam assim: *“Não vamos deixar Fulano sair, não vamos deixar Fulano sair”*, como o Isaías, que tem 30 anos de cadeia. Eu não estou aqui fazendo defesa de bandido. Eu estou fazendo uma análise crítica do que está acontecendo hoje no Rio.

Então, para V.Exa. saber, nós temos — a Polícia toda me liga — grampos dos bandidos lá do FB, dizendo que *“aqui ninguém entra”*. Eles estão com mais de mil fuzis dentro da Vila Cruzeiro. Não entra. Eles debocham até do BOPE. Eu não estou fazendo pergunta. Eu estou fazendo uma denúncia para V.Exa. saber, porque eu não sei quem é que lhe informa as coisas. Acho que foi muito triste o Governador Cabral desmentir o Secretário de Segurança quando ele disse que sabia que ia haver aquela invasão. No dia seguinte, o Governador Cabral trouxe o Secretário Mariano e disse: *“É mentira. Ninguém sabia aqui; o Mariano não sabia, ninguém sabia”*. Quer dizer, é muito triste o que está acontecendo.

Também queria dizer que eu não faço parte de manipulação política de jeito nenhum. Do mesmo jeito que eu vi o Dr. Rafik, delegado e Chefe da Polícia, ser destruído por mentiras na mídia, eu vi o Dr. Gilberto correr antes que ele fosse derrubado. Também vi o Dr. Álvaro Lins ser envolvido nisso. O Dr. Alan, hoje, é maravilhoso. O comando da Polícia Civil e da Polícia Militar não podia ser melhor. Agora, eu quero deixar registrado, embora eu não tenha bola de cristal: daqui a pouco vão ser envolvidos em mentiras, vão ser envolvidos nessas coisas que a gente vê, na inveja que tem dentro da Polícia, que eu notei aqui também, e vai ser muito difícil resgatar o Dr. Alan. Eu falei isso com o Deputado Biscaia, porque eu



acho que o Deputado Biscaia é extremamente bem intencionado, é uma pessoa que tem voz, tem luz própria, mas eu acho que ele é muito ingênuo, porque ele parte de um princípio de que: *“Não, não, aqui, não. O Dr. Alan hoje está bom, porque o hoje o Governo do Estado está fechado com o Governo Federal”*. Não é assim. É o que eu vi o Dr. Troncon dizendo lá na frente daquele grupo de trabalho, composto daquelas pessoas que são extremamente influentes, que vão fazer uma coisa de droga, ou não. Eu estou à sua disposição.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Ouça a nossa Polícia. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Concluído o tempo do Deputado Rogerio Lisboa, utilizado pela Deputada Marina Maggessi, passo a palavra ao Deputado Laerte Bessa, do PMDB-DF.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Ministro Tarso Genro e agradecer sua presença hoje aqui na Câmara, o que é muito importante.

Eu queria ir um pouquinho além dos colegas, Ministro, no sentido de elogiar V.Exa. Tenho 25 anos de Polícia no Distrito Federal e, nesse tempo todo, acompanhei o Ministério da Justiça. E queria dizer, com toda a certeza absoluta, que V.Exa. foi o melhor Ministro que nós já tivemos no nosso País, em matéria de competência, em matéria de profissionalismo, em matéria de persistência no trabalho. Claro que V.Exa. está acompanhado de grandes policiais. Tanto o Troncon quanto o Tuma são excelentes auxiliares que V.Exa. tem. Mas a Secretaria Nacional de Segurança deixa a desejar, mesmo porque o seu Secretário não é muito ligado à segurança pública, e isso atrapalha bastante a sua gestão. E acho que eu deveria fazer essa crítica, mesmo porque eu sou um veterano em segurança pública e posso analisar muito bem. porque eu acompanho o Ministério da Justiça.

Eu estava olhando aqui o quadro de dotação orçamentária, e percebi que este ano foi muito pouco executado. Eu sei que, basicamente, não é por culpa do Ministério da Justiça. Eu acho que um pouco é pela incompetência do Secretário Nacional de Segurança Pública.

Outro fato é a burocracia que envolve toda a liberação desse dinheiro, como a licença para fazer presídio — a licença ambiental necessária é demorada junto ao



IBAMA. E os débitos dos Estados, porque sabemos que, muitas vezes, os Estados não estão em dia com as suas obrigações financeiras, principalmente em nível de Governo Federal, e isso procrastina a liberação do dinheiro. Mas se tivesse um Secretário interessado ele teria algumas fórmulas para liberar esse dinheiro para os Estados, principalmente para o Rio de Janeiro. Havia 100 milhões para liberar para o Rio de Janeiro, e não foram liberados. Aconteceu aquilo tudo lá. V.Exa. disse hoje que quer triplicar o investimento do Rio de Janeiro. Com certeza. Mas eu acho que V.Exa. tem que tomar a frente disso diretamente, porque o Secretário não é muito do ramo.

Mas, vamos esquecer o Secretário. Eu queria dizer a V.Exa., como foi tanto o pronunciamento do senhor quanto o do nosso Presidente Alexandre Silveira, que o problema hoje da segurança pública seria salário — salário digno — e capacitação, que eu concordo, principalmente com o salário, capacitação vem depois. E depois uma Corregedoria para expurgar do nosso meio aqueles maus policiais. Nós temos muitos problemas nos Estados. Aqui, no Distrito Federal, é diferente. Aqui, no Distrito Federal, o índice de corrupção é muito pequeno. O que seria regra em alguns Estados, aqui é exceção. Então, eu diria que nós consertamos a Polícia Civil do Distrito Federal com salário digno, , capacitação e Corregedoria pesada, para tirar do meio dos policiais aqueles que não vestiam a camisa da nossa Polícia. Então, nós temos que trabalhar.

Eu sei que é difícil para os Estados dar uma boa remuneração para os policiais militares e os policiais civis. Há dificuldades. Mas os Governadores tinham que se empenhar mais nisso. E, aí, eu daria até uma sugestão: por que nós não investimos no pessoal? Por exemplo, no Plano Nacional de Segurança Pública, por que não investir mais em pessoal do que em outros investimentos? Porque hoje não adianta dar armamento e viatura para o policial, construir delegacias e quartéis, e aumentar o efetivo. Se o policial não tiver um salário digno, ele não vai fazer uma boa polícia, ele não vai fazer uma boa investigação, porque ele vai ter dificuldades em casa. O salário — nós falamos isso o tempo todo, há muitos anos que sempre estamos batendo nessa tecla, e nunca se resolve.

Agora, vem a PEC nº 300: *"Ah, vamos equiparar com o Distrito Federal"*. Será que vai resolver esse problema a PEC nº 300, equiparar com o Distrito Federal? Os



Estados não vão querer, porque eles não entendem que segurança pública é prioridade. Então, eu acho que tem que partir para aqui, tem que ser através do Governo Federal. Se o Governo Federal não investir fortemente, nós não vamos consertar o Rio de Janeiro nunca. Nunca. O Rio de Janeiro é um problema sério, e tem que começar pelo salário — salário, capacitação e uma Corregedoria para mandar, porque tem muito bandido na polícia do Rio de Janeiro, tanto Polícia Civil quanto Polícia Militar.

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria tocar no assunto da Lei Orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Federal, que V.Exa. preparou muito bem, com a sua equipe maravilhosa, coordenada pelo Dr. Pedro até então — acho que tem outro coordenador agora. E essa Lei Orgânica é a identidade das duas Polícias, as duas Polícias que são gêmeas, a Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Federal. E nós estamos aguardando já faz mais de 8 meses o nosso querido Ministro do Planejamento devolver o projeto da Lei Orgânica. No dia em que o Presidente assinou o projeto da Lei Orgânica, eu estava lá, no aniversário da Polícia Federal, o Itagiba estava me confirmando, já fez um ano, e o Presidente falou assim: *“Ministro Tarso Genro, cuidado com o Paulo Bernardo; ele costuma engavetar esses projetos”*. E engavetou mesmo, Ministro. O senhor tem que dar um cutucão, porque senão não sai de lá. Nós, policiais, estamos ansiosos para ter a nossa identidade. Nós trabalhamos hoje na clandestinidade. Não foi regulamentado o § 7º do art. 144 até hoje. Quantos anos já? Então, que o senhor interviesse nisso aí, para que pudesse sair o mais rápido possível. Nós tivemos uma reunião com o Duvanier, agora recentemente, e ele nos disse que, até dia 10 de novembro, entregaria para a Casa Civil.

Então, eu queria que o senhor desse um “cutucãozinho” no Paulo Bernardo para ele, pelo amor de Deus, liberar a nossa Lei Orgânica, porque nós estamos carentes de uma lei para dar formalidade para as nossas Polícias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - O Paulo Bernardo já está roxo de tanto cutucão que eu dei nele já. Espero que saia dia 10 agora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeito. O próximo Parlamentar inscrito é a ilustre Deputada Iriny Lopes. A palavra está à sua disposição pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, membros da sua equipe que aqui estão, para nós, é muito importante este momento, inclusive para fazer um reconhecimento público da importância do trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo à frente desse importante Ministério. E quero ressaltar um aspecto, que é a busca de uma nova dimensão de enfrentamento à questão da violência e da segurança pública no País.

Uma política de segurança pública é complexa e cara. Agora, dentro da sua complexidade, não está restrito nem o seu debate e muito menos as suas soluções ao campo das corporações dos operadores de segurança pública no País. A situação do Rio de Janeiro ganha um destaque grande, mas se formos, por exemplo, olhar o avanço da violência, o crescimento da violência sob o aspecto dos homicídios, a região da Grande Vitória, no meu pequeno Espírito Santo, supera o Rio de Janeiro, em termos proporcionais. Para mim, a questão do homicídio é um dado e uma referência para debate de violência e segurança pública, porque é muito importante termos cuidados com os crimes contra o patrimônio e com outros tipos de crime, mas o crime contra a vida é o mais grave e deve ser o centro da preocupação e o centro das atenções de toda política de segurança pública.

Então, eu queria dizer isso porque acho não só corajoso, mas correto que, nessa busca de uma dimensão diferenciada, nova, de enfrentamento e superação dos desafios da segurança pública no Brasil, o Ministro escolha o Balestreri para conduzir parte dessa política, oriundo da luta dos direitos humanos e capaz de articular, de dialogar, de buscar sínteses que representem esse novo olhar sobre a questão da segurança pública.

Se a repressão na segurança pública fosse resultado, o Brasil já teria superado uma série de desafios e já seria, quem sabe?, referência a nível internacional em êxito na política de segurança pública. Portanto, provado está que é necessário, sim, ter — e aí eu concordo com o Deputado Laerte Bessa: há necessidade de resolver a questão da Lei Orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Federal — um debate claro aqui, nesta Casa, onde a questão



nacional repercute, sobre um patamar ou um piso de salário para os profissionais que atuam na ponta na segurança pública. Agora, temos de levar em consideração que não é só isso que resolverá o problema.

Então, esta Casa tem também a responsabilidade de discutir a segurança pública com o olhar no papel que têm o Judiciário e o Ministério Público. A questão da segurança pública não é exclusivamente dos Executivos, em qualquer nível. Não é. A impunidade, por exemplo, está, na minha opinião, muito mais relacionada ao engavetamento, à falta de solução e de conclusão dos processos, nos escaninhos do Judiciário do que as políticas desenvolvidas pelos Executivos.

Então, a pergunta que eu gostaria de deixar aqui está relacionada com o resultado da I Conferência Brasileira de Segurança Pública, que tentou materializar todos os setores sociais envolvidos: operadores do Direito, executores das políticas sociais, municípios, sociedade civil, militância de direitos humanos. Ou seja, como eu disse, a questão da segurança pública não é prerrogativa nem exclusividade das corporações. Então, eu gostaria, Ministro, que o senhor pudesse falar brevemente sobre os encaminhamentos das resoluções adotadas.

E encerro dizendo que, se nós já temos tanta admiração pelo trabalho, a realização dessa I Conferência sobre tema polêmico como essa questão da segurança pública, a coragem de realizar essa I Conferência demonstra que nós estamos no caminho certo e com os atores corretos articulados para buscar as melhores soluções para esse caso.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, só 30 segundos. Não vou tomar tempo de ninguém. Só uma frase. Sr. Ministro, eu esqueci de colocar, e eu acho que é importante, a questão dos agentes penitenciários. A questão da formação, da seleção e da remuneração dessa carreira. Só isso. Peço desculpas aos demais colegas. Não quero tomar tempo de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Nós temos vários Deputados inscritos. Quando nós combinamos a agenda com o Ministro Tarso Genro, ele tinha um limite de tempo, que era até 16h45. Então, nós vamos passar a palavra rapidamente para todos os Deputados que estão inscritos, para que, depois, o Ministro possa fazer o encerramento.

O primeiro é o Deputado José Genoíno, a quem concedo a palavra.



O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou ser telegráfico.

Em primeiro lugar, para estabelecer uma concordância com o Ministro Tarso Genro em relação a priorizar a discussão da segurança pública não pela Lei Orgânica das corporações. A Lei Orgânica das corporações tem que estar subordinada a uma Lei Orgânica do sistema de segurança pública. Nós temos que ter, na segurança pública, uma lei como há no SUS, para que se estabeleça como política de Estado. Se formos pelas prerrogativas das corporações, nós sabemos como começa — cada uma fica defendendo a sua função e o seu território.

Como V.Exa. tem definido que a segurança pública é prevenção, enfrentamento e política de Estado permanente, integrada, que não é só da repressão — é prevenção e política de Estado —, nós temos que ter um novo marco regulatório, porque o art. 144 e os seus parágrafos — eu estou com eles aqui — não dão conta desse problema.

Nós temos que sair do maniqueísmo. Quando nós estávamos discutindo aqui na Constituinte, Ministro Tarso Genro, ouvimos um delegado e um juiz, e aqueles depoimentos me marcaram profundamente. O juiz e o delegado brigavam pelas prerrogativas. E o delegado disse: *“O crime chega na minha mão ao vivo e em cores. O estupro eu vejo. O sangue eu vejo. No juiz, chega uma papelada que ele vai ver alguns anos depois, que não tem vida”*.

A vida tem o lado da tragédia. E aí há uma frase interessante sobre a retórica do discurso democrático. Nós, muitas vezes, pegamos a tragédia da sociedade humana, nos encastelamos como protagonistas do bem, nos enrolamos na nossa cauda, viramos Minos dantesco de um bem que não existe para procurar o próximo lado a ser destruído. Segurança pública é um pouco assim. Nós vemos a tragédia. Tem que haver um culpado. Esse culpado é criminalizado. Mas essa culpa não resolve, porque daqui a pouco vai haver outra tragédia, e esta Casa sempre vê isso.

Qual é a questão que V.Exa. coloca que eu acho importante? O Governo Federal está trazendo o problema de segurança pública para o debate. Eu já ouvi, no passado, alguém dizer o seguinte: *“O problema de segurança pública é do Estado, até porque quem comanda a Polícia é Governador”*. Quem comanda a PM,



Polícia Civil, orçamento, salário é Governador. A responsabilidade é menor. Mas nós estamos trazendo para o debate estratégico.

Nesse sentido, eu queria colocar duas questões. Primeiro, nós temos que proporcionar um pacto entre os entes federados para enfrentar a escalada da violência — não é só Governo Federal, não é só Governo Estadual, não é só Governo Municipal. Segundo, temos que estabelecer um pacto com normas claras entre os Poderes, porque o Executivo é o lado do mal que tem que ser culpado. E aqueles processos? E o Judiciário? E o Ministério Público? Têm que se colocar também na mesa.

Então, tem que haver um pacto entre os Poderes e um pacto entre os entes federados.

Basicamente, é isso, além de concordar com a questão de tratar uma Lei Orgânica da segurança pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o ilustre Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, vou repetir aqui o que já tenho defendido nesta Comissão, que é a ideia de que nós precisamos de uma política de Estado. Mais do que isso, precisamos reproduzir na segurança pública aquilo que foi feito pelos médicos e trabalhadores no campo da saúde: uma espécie de partido único da segurança pública, independentemente das nossas divergências, que possa realmente tratar desse problema.

No entanto, para nós chegarmos a essa ideia, precisamos também dizer alguma coisa que nos parece verdadeira. E eu queria dizer para o Ministro, e dizer também para todos que participaram desta audiência, que, no Rio de Janeiro, a questão que ele mencionou — o perigo da democracia — é bastante evidente. Basta fazer campanha no Rio de Janeiro. Eu mesmo fiz campanha, faço campanha nos morros. Às vezes, desço com a metralhadora e o fuzil na cabeça, como já aconteceu na Vila Cruzeiro. O FB mesmo nos fez descer de lá nessas circunstâncias.

Eu compreendo até a indignação a respeito de comércio de drogas. Mas as forças que estão instalando um domínio territorial do Rio de Janeiro têm uma amplitude econômica superior ao comércio de drogas. Elas trabalharam, durante



algum tempo, e ainda trabalham, no transporte clandestino; elas trabalham com a “Gato-Net”, que é a instalação da televisão a cabo clandestina; elas já estão trabalhando com comércio imobiliário. E, além de todos os comércios que elas trabalham, existe uma coisa desagradável de dizer aqui, mas eu tenho que enfrentá-la em todos os lugares: elas trabalham com comércio de votos. Isso é muito importante no Rio de Janeiro.

No caso do Alemão, por exemplo, o jornal *O Dia* divulgou um vídeo mostrando o que era a festa de aniversário do traficante do Alemão. Eu confesso que já vi muita arma, porque no meu passado eu tive oportunidade de ver arma. Mas eu nunca vi num espaço tão pequeno tanta gente com arma tão pesada como aquelas: fuzis, metralhadoras. Todo o mundo com arma pesada num espaço pequeno. E aquilo passou completamente despercebido. Não houve nada a respeito do Alemão.

Anteontem, em Rio das Pedras, mataram um sujeito chamado Luizinho, porque ele era candidato potencial a Deputado Estadual. Eu liguei para os jornais avisando. Os jornais disseram: *“Não podemos publicar enquanto não tivermos provas de que ele era candidato e toda essa coisa”*.

São 2 fatores que mostram o ovo da serpente. A questão política é muito presente neste processo. Nós não podemos tratar como se fosse apenas uma questão policial. A questão política é muito presente neste processo. Eu digo pelo Alemão, onde domina o Comando Vermelho; pela Rocinha, onde domina o ADA. Em todos os lugares, tive dificuldade. Na Rocinha, eu fazia campanha num lugar. No outro lugar, um adversário — cujo nome não vou mencionar; não interessa falar de adversários aqui —, distribuía cesta básica junto com o Claudinho, que, mais tarde, nos expulsou da Rocinha. Um garoto do Partido Verde tinha um curso para informática. Expulsou, porque não podia ter curso de informática na Rocinha. E o Claudinho, que é Vereador eleito, não deixa. E não é o Claudinho. Nós sabemos quem manda no Claudinho.

Então, essas questões mostram a limitação. Para nós, realmente rompermos com isso, é claro que vamos precisar ocupar, vamos precisar de fazer tudo que está sendo feito nesse processo de pacificação. Mas vamos precisar também de ter uma decisão política, uma decisão política de não compactuar com isso. E é difícil. É



muito difícil, porque as pessoas querem o poder. Elas dizem: "*Bom, eu vou chegar ao poder, depois, a gente resolve isso*". Ou apenas "*isso não importa*". Mas a verdade é o seguinte: tanto o Governo do Rio de Janeiro, quanto o Governo Federal, como todos Governos que existem no Brasil e existiram até hoje, é uma espécie de Arca de Noé. A pessoa adere, entra e fica. Então, não existe essa decisão política, realmente, de romper.

É claro que, havendo a decisão política, teríamos que ter também a compreensão de que o Rio de Janeiro sozinho não resolve. Eu ouvi o Deputado José Genoíno elogiar o Governo Federal por ter colocado esse debate. Mas o Governo Federal, no meu entender, não tinha que colocar: tinha que comandar o processo, tinha que estar presente, comandando o processo, como nós comandamos no Haiti. Tinha que estar presente. Não quero dizer que as Forças Armadas tinham que estar presentes como estão no Haiti. Mas o Governo Federal tinha que comandar esse processo. Por quê? Porque é uma questão nacional. Não é possível que o Governo aceite que o território da segunda cidade mais importante do País seja ocupada por grupos armados, sejam grupos armados dedicados ao tráfico, sejam os milicianos. Então, é uma questão nacional.

Como um habitante do Rio de Janeiro, eu me pergunto: mas qual é o projeto? Disse-se aqui que existe o PRONASCI. Eu acompanho o PRONASCI. Já existem ocupações em 4 ou 5 grandes comunidades da Zona Sul, já existe no Batan, que eu mesmo assisti à passagem na Zona Oeste. Mas, na verdade, é preciso um plano! É preciso dizer: "*Olha, nós vamos fazer isso num determinado espaço de tempo; nós vamos gastar tanto dinheiro; nós vamos empregar tantas pessoas. E ele é tão transparente que vocês podem acompanhar a nossa eficácia ou não*".

No momento, nós vivemos de espasmos. Há uma grande crise, e todo mundo começa a falar do problema, mas não há um plano que população possa acompanhar, criticar e contribuir com ele.

Nesse sentido, não quero deixar aqui uma acusação no ar, não quero deixar uma crítica no ar, mas tanto o Presidente Fernando Henrique quanto o Presidente Lula não consideram que essa questão policial é importante. Não consideram que a questão policial seja uma questão de estadista. Sei disso, porque eu vivi esse preconceito como jornalista. Quando eu era jornalista e repórter policial, o jornalista



dizia: *"Mas isso daí não é importante. O importante é cobrir o Itamaraty, é importante cobrir a educação e tal."* E os estadistas nossos também não consideram esse tema um tema do estadista. Mas, na metade, o de que se precisa, Sr. Ministro, apesar da boa vontade, apesar do PRONASCI, apesar da ocupação de algumas comunidades, o de que se precisa realmente é um plano muito mais amplo, uma identificação muito mais intensa, um trabalho muito mais envolvente na sociedade. No entanto, o que estamos tendo são espasmos. Volta e meia, há uma situação, e nós respondemos a essa situação. A própria imprensa reage dessa maneira. Em certos momentos, ela focaliza a questão da segurança de uma forma mais aguda e, num outro momento, ela esquece.

Agora, não há saída no Rio de Janeiro se não houver a ocupação e se não houver o desarmamento. A característica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro é uma característica única. Embora a *Veja* não goste, embora *Veja* reclame, vai haver tráfico de drogas em Milão, em Nova York, em Buenos Aires, em tudo o lugar do mundo, mas não vai haver tráfico de droga com ocupação territorial armada. É isso que nós precisamos evitar! Precisamos, em primeiro lugar, eliminar a ocupação territorial armada, para depois ver qual a política mais adequada para cuidar do tráfico de drogas. Uma vez eliminada a ocupação militar nessas áreas, o tráfico de drogas vem para o asfalto. Como ocorre em Washington, como ocorre em Zurique e em todos os lugares, o tráfico de drogas vem para o asfalto. Aliás, quanto a essa questão, não entendo as Forças Armadas brasileiras não terem ainda uma posição diferente, porque, se elas querem lei, nos fazemos a lei. Se o problema é uma lei, nós fazemos a lei.

Mas não é possível que eles não contribuam com logística, não é possível que eles não contribuam com Inteligência, porque, na verdade, eles estão ameaçados. Às vezes, alguns quartéis são até atacados. E armas são retiradas de lá. Então, não entendo ainda como não equacionaram essa questão como de segurança nacional. Acho que isso parte do Presidente. É o Presidente que deveria ter essa decisão. Infelizmente, os 2 últimos Presidentes têm uma visão social ampla, uma visão de política externa ampla, uma visão de política educacional ampla, mas nunca acharam que na questão da segurança eles tinham que meter as mãos diretamente.



Então, são essas observações que faço, mas me colocando com a maior boa vontade. O que for feito, eu estou à disposição no sentido de ajudar. Agora, eu peço também que não apoiem as pessoas que têm os votos dos traficantes ou dos milicianos, porque a coisa fica muito difícil para nós. Não só temos dificuldade em ganhar as eleições, mas temos dificuldade em sair com vida daqueles lugares.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Deputado Fernando Gabeira, quero ser você quando crescer.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Ministro, a questão da Inteligência também é importante, o fortalecimento das ações de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Em consequência da sua agenda, o Ministro fez uma concessão. Estava marcado para ele sair às 16h30min. Agora, passou para as 16h45min. Então, nós passaremos a palavra S.Exa., para encerrar, e ele está se propondo a voltar novamente aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Não precisa nem usar os 10 minutos.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Eu me proponho a voltar aqui para continuar esse debate. Tenho orgulho até de fazermos uma agenda com previsibilidade para a minha volta, porque debates como este é que nos qualificam para, enfim, responder essas questões estratégicas do nosso País.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Ministro, não me surpreende a sua boa vontade de voltar aqui. O debate é rico e todos nós vamos ganhar com esse debate, não tenho dúvida, assim como o conjunto da sociedade brasileira. Eu aguardarei. Obrigado.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Ministro, na realidade, eu não acho justo que eu chegue aqui, fique até agora e não consiga dizer alguma coisa para o senhor ouvir. Faço-lhe este apelo. Eu sou o primeiro da lista, e agora vou falar pouquinho.

Eu estava até comentando, aqui, com o Gabeira, e faço minhas todas as palavras que o Gabeira disse aqui, que digo sempre o seguinte: quando a gente tem um problema na vida, a gente só o resolve quando assimila que tem aquele problema; enquanto não o assimila, vai passando por cima. A mesma coisa é o



Brasil. O Brasil não assimilou ainda que tem um problema sério que é a violência crescente. E digo isso pelos baixos investimentos dos Governos Municipal, Estadual e Federal na questão da violência, na questão do combate à violência. Eu fico aqui até me sentindo assim triste quando vejo esses termos “ocupar territórios” — quer dizer, eles já não são mais de domínio do Brasil, do Governo —, “tomar o controle de presídios”. Nós não temos mais o controle dos presídios que nós construímos, que nós pagamos, para punir os criminosos. Quer dizer, são coisas que doem em nossos tímpanos, ouvir essas frases de nossas autoridades responsáveis pela segurança pública, pelo combate à violência.

Eu sou delegado de polícia, e gosto de dizer a V.Exa. que, durante todo o meu tempo, eu tenho visto a questão estrutural das polícias. Eu sei que o combate à violência não se faz só com a polícia. Nós temos que ter uma política de habitação, de saúde, de geração de emprego e renda, políticas sociais, e, nessa área, o Presidente Lula é muito bom. Mas eu quero dizer que a questão de segurança pública, de combate à violência propriamente, essa é obrigação da polícia. E a polícia não tem como cumprir essa tarefa se não tem sequer um bom treinamento, uma boa formação, se não tem um bom salário, se não tem a mínima estrutura possível. E eu digo isso porque sou do Nordeste, de Alagoas. Visito todo o Estado e vejo delegacias, Ministro, que fazem vergonha: é uma casa alugada, com 2 ou 3 policiais dentro para cuidar de 2 ou 3 armas que tem lá; que não tem condições de sair para atender a um chamado. E, nesses pequenos locais onde a segurança é desse jeito, começa a crescer a violência, começa a crescer assustadoramente a violência; o tráfico de drogas cresce assustadoramente.

E aí, eu vou resumindo aqui, mas anotei alguns pontos, como, por exemplo, drogas. Drogas são o grande problema, o grande vilão da violência no Brasil. E a gente discute liberar, só liberar; ou proibir, só proibir. E eu não vejo uma campanha pública decente contra a droga ilegal como eu vejo contra o cigarro, por exemplo, o tabagismo, que é uma droga legal, permitida. Gasta-se muito para combater o tabagismo, em questão de campanhas públicas. E a gente não vê isso com as drogas ilícitas, a cocaína, o LSD, o *crack*. Então, talvez umas campanhas públicas no nível das campanhas realizadas contra o tabagismo fossem mais eficientes do



que proibir, prender os traficantes, prender os usuários, porque isso não tem mais sentido — a polícia, na prática, não está mais fazendo isso.

Outra questão, ponto fundamental, é a questão de presídios. E a questão de presídios é estrutural mesmo. Nós ainda temos os piores presídios que se imaginar, sem condições. Eu fiz parte da CPI do Sistema Carcerário e a gente vê coisas que não acredita que na realidade existam. Então, este é um ponto: temos de traçar políticas públicas destinadas a resolver aquela situação.

A questão da impunidade, os baixos índices de apuração dos delitos. O Rio de Janeiro, salvo engano, apura alguma coisa a mais do que 5% dos homicídios. Ora, é impossível se conviver com esse tipo de coisa! São Paulo deve ter um nível maior, hoje, de apuração dos homicídios. Em outros Estados está da mesma forma. Se há esses homicídios, e não são apurados dessa forma, é lógico que a impunidade gera a violência. Então, temos que aperfeiçoar mais a nossa polícia, dar a ela melhores condições de trabalho, dar estrutura, para que ela consiga responder, apurando esses homicídios, contribuindo, com isso, para os baixos índices de violência que nós precisamos buscar.

Eu vejo muito se medir o índice de violência pelo número de homicídios. Em todo lugar se mede índice de violência pelo número de homicídios. Homicídio é mais consequência. Consequência das brigas pelo comando dos postos de drogas, consequência do tráfico de drogas. Então, são pontos.

Por fim, Ministro, eu queria dizer a V.Exa. que faço parte da Comissão que analisa a PEC 300. E o povo pergunta: *“E vai dar certo? Você acredita nisso?”* Mas sabem por que perguntam? Porque um policial, lá no Rio de Janeiro, um soldado ganha menos de 1.000 reais — e para viver na guerra!

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Isso! Muito bem!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Não consigo entender como é que o Secretário, que o Comandante, conseguem incentivar aquele policial para que ele trabalhe, enfrentando traficante de drogas na base da arma pesada...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Lá é o pior salário do Brasil!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - ...por 1.000 reais! Mas não é o pior, não, porque o Rio Grande do Sul — coincidentemente, o Estado do nosso



Ministro — está pior do que o Rio de Janeiro, Ministro, na questão salarial do policial militar. E eu sei que V.Exa, quando for Governador...

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Talvez seja questão política, essa que o que o Deputado Gabeira está falando! (*Risos.*)

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É isso mesmo!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Quando V.Exa. for Governador, sei que vai melhorar. Mas aí, vem a questão da PEC 300, em que o autor teve a ideia de equiparar o salário dos policiais do Brasil ao nível dos do Distrito Federal. Eu não digo nem isso. Vamos encontrar uma redação melhor, criar um piso nacional de salários, porque polícia mal formada, mal treinada, mal paga, trabalha mal, corrompe-se. E faz parte do planejamento de Segurança Pública essa questão da PEC nº 300. E até peço a V.Exa. ajuda, que pense até em nos ajudar, na Comissão Especial da PEC 300, a encontrar alternativa nesse sentido.

Por fim, Ministro, o Fundo Social do Pré-Sal traz recursos para a saúde, habitação e educação. Salvo engano, preveem recursos nesse sentido. E não se preveem recursos para a Segurança Pública!

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Não se prevê isso, num fundo social da maior riqueza que o País deverá ter em pouco tempo. Então, cabe também fazer gestão nesse sentido, uma emenda alocando recursos do pré-sal para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Muito obrigado, Ministro, por me conceder esse período.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Muito bem, Tenório!

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - Eu é que agradeço a sua intervenção, nobre Deputado.

Eu vou ser bastante rápido porque eu tenho um plano de voo que não pode ser tão devassado como já está. Mas também não quero me furtar a fazer algumas observações, não só pela importância dos Deputados que estão usando da palavra, por sua propriedade em debater os assuntos, como também por este compromisso de a gente continuar este debate.

Eu não me lembro de nenhum governo anterior — e isso não é uma atribuição de culpa aos governos anteriores, mas é porque as questões ainda não



estavam tão candentes como estão hoje —, não me lembro de nenhum governo anterior que assumisse o grau de responsabilidade em relação à questão da indução de políticas de segurança pública como o Governo atual assumiu. Tanto é verdade que atribuiu o financiamento de 1 bilhão e 350 milhões de reais por ano, que estão inscritos na LDO. Um valor inédito! Não havia nenhum precedente na história da República. Então, nós estamos começando um processo em que o Estado brasileiro, através do Governo, começa a mudar não só o padrão de financiamento originário da União, como também a mudar a relação entre os entes da União nessa conversão de modelo de segurança pública que nós tínhamos até agora. E essa é uma questão efetivamente nova, que nos apanha a todos num momento de tensão — e, eu diria até, alguns de nós, de instabilidade emocional — em relação a essa questão da segurança. Nós temos que trabalhar com a cabeça muito fria. E, nesse trabalhar com a cabeça muito fria, nós temos que lembrar um fato que diz respeito à estrutura da Constituição brasileira em relação às questões de segurança pública.

Nós sabemos que, historicamente, antes da legislação que organizou esse programa... O PRONASCI, efetivamente, não é um plano, é um programa. E o nosso entendimento é de que os planos devem ser desenvolvidos pelos Estados, que têm a competência de desenvolver políticas de segurança pública, e, a partir disso, desencadear as operações policiais e as operações de políticas preventivas vislumbradas a partir dessa nova relação com a União.

O que é o PRONASCI? O PRONASCI não é, efetivamente, uma lei orgânica da segurança pública no País; ele é um ponto de partida metodológico para a confecção dessa lei, que poderia ser uma grande atribuição aqui desta Comissão. E por que um ponto de partida metodológico? Porque ele faz 3 subversões importantes, em relação à situação anterior. Primeiro, ela estabelece uma conexão de responsabilidade entre os entes da União e institui um padrão de financiamento mínimo a partir do Governo Federal, o que não havia em nenhum tipo de lei anterior, até porque não havia uma lei programática, como é a Lei do PRONASCI — repito: aprovada por unanimidade dos senhores. Segundo, ela estabelece um foco territorial, etário e social. Basta ler a estrutura de comando normativo que tem dentro do PRONASCI e você vai ver que é uma lei dirigida aos jovens, dirigida predominante para os territórios de maior dificuldade na questão da segurança, e



dirigida para faixas etárias e sociais, para camadas da sociedade que são mais suscetíveis de serem instrumentalizadas pelo crime, porque ela estabelece determinados critérios para a sua aplicação. Vejam, foram 11 territórios, e agora mais 3. Então, ela é um ponto de partida metodológico. E mais: ela avança — terceiro aspecto — na questão da organicidade, porque ela condiciona a implantação do PRONASCI aos Gabinetes Integrados de Segurança Pública, que têm a participação obrigatória — e o Delegado Troncon sabe disso, o meu diretor da PRF sabe disso, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com toda sua capacidade de inteligência, com toda sua experiência.

Então nós estamos no começo de um processo.

Quero dizer ao Deputado Gabeira, a quem eu estimo pessoalmente há muitos e muitos anos e que é uma pessoa que admiro, que isso começou com o Governo do Presidente Lula. Agora, não foi dado um caráter governamental partidário; foi dado um caráter de Estado, e o caráter de Estado a essa conversão se originou numa votação que os senhores fizeram aqui na Câmara Federal e no Senado Federal. Então, nós temos agora que combinar de dar passos adiante em relação a isso, porque acho que essa questão da lei orgânica no sistema de segurança está madura. Agora, me pergunto: será que não precisamos mexer em algo na nossa Constituição Federal para que a União possa ter um protagonismo ainda maior em relação à segurança pública? Sobre a questão no Rio de Janeiro, por exemplo, eu me pergunto: não poderíamos — e aqui eu me pergunto; não estou fazendo uma proposta, porque acho que nós estamos num processo de diálogo de produção normativa, inclusive —, será que não poderíamos ter um parágrafo dizendo que, em determinadas situações, no que se refere à segurança pública como questão de ordem pública local — vejam bem, a questão não é de exército nacional —, então, como questão de ordem pública local, não pode a União Federal determinar as políticas de segurança por um determinado tempo em determinada região? Acho que deveríamos abrir uma discussão desse tipo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Orientar e financiar, Ministro. Orientar e financiar essa política.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO - O financiamento é a forma que nós encontramos para fazer essa indução. Então, a questão dos territórios, por exemplo,



porque o Deputado Itagiba esteve aqui há pouco e comentou: como é que nós induzimos essa boa experiência dos territórios de paz e do policiamento comunitário? Através de um dispositivo da lei que instituiu o PRONASCI e que permite à União Federal bancar os trabalhos de policiamento comunitário, que vão receber a dimensão que o Estado determinar e tiver competência para implementar. E como é que nós fazemos isso? Nós temos aqui... Querem dinheiro para a polícia local? Então, quantos territórios você vai instalar? quantos pontos de policiamento comunitário? E daí me pedem o armamento adequado para esse tipo de ação, que é o que está na base do PRONASCI.

Tem questões políticas de fato, e queria fazer 2 comentários em relação a isso. Existe hoje — nós não podemos omitir isso na sociedade em que vivemos — uma estética da morte, uma estética da crueldade e uma estética da violência. Essa estética da morte, da crueldade, da violência, ela percorre toda a nossa difusão cultural, popular, internacional; não é nem mais nacional. Hoje você pode... E aqui não se trata de censura; estou colocando um dado da cultura contemporânea, da informação contemporânea e da difusão de determinados padrões estéticos que são hoje universais — não é só no Brasil. Eu pergunto: a estetização, por exemplo, da morte, e a estetização da autoridade através da violência, isso contribui para aumentar a criminalidade, ou não?

Quero dizer que, na minha opinião, contribui. Então tem elementos também da cultura contemporânea que militam para a reprodução da violência e da criminalidade; ao mesmo tempo que a refletem, indiretamente, independentemente da vontade dos seus produtores, também a estimulam. Não é estranho, por exemplo, que os padrões de criminalidade que ocorram em um país como o nosso sejam diferentes dos padrões de criminalidade que ocorrem em um país como os Estados Unidos. Nós temos efetivamente grupos armados que estão colocados em determinadas regiões ocupando um território e que têm de ser extirpados, seja pela produção de políticas públicas que vão lhe afastando, seja pelo enfrentamento, quando isso aí for necessário. Agora, nós não temos aqui no Brasil, por exemplo, certo tipo de crime, como o de um jovem que pega uma USI contrabandeada, uma metralhadora fabricada, entra numa escola e mata 25 colegas. E por que não temos isso? Porque a forma como se aloca a criminalidade aqui está vinculada a uma



situação social determinada. Então o combate à violência, ao crime, e os padrões de uma política adequada de segurança pública têm que se debruçar sobre a natureza do território, sobre a especificidade dos delitos, sobre a forma como o tráfico de drogas ocorre.

O Deputado Gabeira tem razão: o tráfico de drogas pode ser feito com violência ou sem violência. Em determinadas regiões, ele é feito sem violência. Em Ipanema, por exemplo, onde também se vende droga, é sem violência e sem problemas, até com alguns olhos fechados, talvez. Agora, em outras regiões, para que a droga possa sair de uma determinada região, ela exige uma requisição de uma tropa armada de delinquentes para dar garantia para aquele que vai iniciar o processo distributivo de uma relação mercantil totalmente impregnada na nossa cultura e na nossa sociedade.

Então, eu queria fazer essas observações. Acho que o que os Estados têm que fazer a partir de agora... Vocês viram aí uma tabela distribuída pelo Líder José Aníbal. Aquela tabela é correta; só que ela tem uma particularidade. Ali diz: “dotação autorizada”. Dotação autorizada é aquilo que está no Orçamento. E depois: “valores pagos”. Falta uma coluna aqui, que é a de valor executado pelo Ministério da Justiça, correto? E quanto a esse valor executado pelo Ministério da Justiça, ele estará, com relação a 2008, por exemplo, com 98% executado — que foi o padrão de execução nosso.

Os valores pagos são os valores que foram pagos após a autoridade municipal ou estadual utilizar aqueles recursos para execução. E essa autoridade, eu quero dizer a vocês, não está acostumada a investir em segurança pública os recursos disponíveis. Nós temos que, inclusive, na última hora, às vezes, de trocar os projetos aprovados porque aquele projeto que foi aprovado não tem uma autoridade local com capacidade de implementá-lo, ou autoridade regional. Isso também, e eu quero deixar bem claro, não está se referindo a má vontade, ignorância ou incompetência dos gestores. Pode ter alguns casos assim; é que esse não é um padrão de relacionamento tradicional. Nunca Estados e municípios receberam 1 bilhão e 300 milhões para utilizar em projetos de segurança pública, a partir dessa conversão.



Acho que há, sim, um processo de criminalização da política no nosso País. Essa criminalização da política também leva a uma politização da criminalidade. O exemplo simbólico mais flagrante desse processo e mais “pacífico” — entre aspas — são as milícias, que pretendem até formalmente substituir o Estado, substituir o serviço público. Acho que esse é um nível de criminalidade que, inclusive, já em algumas regiões, penetra nos processos eleitorais. E esta tem que ser, sim, uma preocupação do gestor, em qualquer território, em qualquer ente Federado, em qualquer dimensão territorial da União, porque, se isso ocorre visivelmente no Rio de Janeiro, também ocorre em muitos Estados do País — quem sabe, em todos os Estados do País —, de forma mais ou menos perversa, dependendo do grau de desenvolvimento e de cultura da criminalidade naquele local.

Mas quero dizer que eu acho que nós estamos no caminho certo. Acho este debate aqui extraordinário, e quero que continuemos com esse debate. Porque é de debates desse tipo que nós vamos produzir um grande projeto de segurança pública para o nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Esta Comissão Parlamentar de Inquérito agradece ao Dr. Troncon, Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, ao Dr. Romeu Tuma Júnior, ao Dr. Derenne, que esteve presente durante toda a audiência e agradece, principalmente, ao Ministro Tarso Genro pelas colocações lúcidas, ao espírito público e à sua dedicação.

Agora passaremos a analisar os requerimentos. (*Pausa.*)

Passamos à segunda fase da reunião, de deliberação de requerimentos, mas que fica suspensa em consequência do início da Ordem do Dia nesta Casa. Porém, de nossa autoria e do Relator desta CPI, nós faremos *ad referendum* uma reunião deliberativa a aprovar um convite ao Presidente do CNJ e Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, para que também, como o Ministro Tarso Genro, venha trazer a sua contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela audiência. Acho que foi um momento importante não só para esta Comissão, mas para a sociedade brasileira fazer esse diálogo com o nosso Ministro



da Justiça. Penso que isso, cada vez mais, reforça a importância do trabalho desta Comissão. E, com certeza, temos muito de avançar ainda nas ações que serão desenvolvidas no próximo período, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Parabenizo o Relator desta CPI, que, com maestria e dedicação, tem se dedicado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que tem por objetivo ir ao encontro de soluções por que tanto clama o povo brasileiro, nessa sensível área de segurança pública do nosso País.

Iniciou-se a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco, através da Casa, a próxima reunião para a semana que vem.

Está encerrada a reunião.